D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2582
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Mangaratiba avança na construção do seu Plano Local de Ação Climática

No dia 31 de agosto, a Prefeitura de Mangaratiba, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, realizará a Oficina de Diagnóstico do Plano Local de Ação Climática (PLAC).

O encontro será das 14h às 18h, no Auditório do Condomínio Reserva do Sahy, no Condado Aldeia dos Reis, km 428 da Rodovia Rio-Santos, e reunirá secretarias municipais e técnicos da região.

A oficina dará continuidade à elaboração do PLAC Mangaratiba, documento que irá identificar os principais desafios ambientais do município e definir diretrizes para a construção de estratégias de prevenção, adaptação e enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas.

A iniciativa é promovida pela Prefeitura de Mangaratiba, com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a ONU-Habitat e o ICLEI.



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
MARCOS MOZER DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
FELIPE JOSUÉ VARELA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 044/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6947/2025 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADA: J&W TRANSPORTES LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Fundamentação Legal: art. 107 da Lei 14.133/2021 e suas alterações
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n° 044/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva, corretiva e preditiva (incluindo assistência Técnica in loco e/ou onde se fizer necessário, a aquisição de peças, componentes e acessórios automotivos e, ainda, todos os serviços inerentes, tais como: mecânica, elétrica, funilaria, pintura, sistema eletrônico, alinhamento, balanceamento e outros) da frota de veículos leves, médios, e utilitários da administração municipal, movidos à alcool, gasolina, diesel ou similar usando como parâmetro para obtenção dos valores dessas tabelas a hospedagem e aplicação de dados no sistema informatizado de gestão de manutenção e reparo de frota, tal como, audatex, cília, ou outro similar, afim de atender as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Mangaratiba/RJ, através da Secretaria Municipal de Transportes.
Valor: Dá-se a este Termo Aditivo o valor global, sem reajuste, de R$ 606.757,50 (seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).
Prazo: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação do prazo contratual pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do término do contrato primitivo, com início em 07/08/2026 e término em 07/08/2027.
Dotação: As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão pela dotação orçamentária de rubrica n° 02.17.01.26.782.0006.2053. 3.3.90.39.00
Data da Assinatura: Mangaratiba, 07 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 183/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11081/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: TELSON BASTOS ROSA JUNIOR
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação do artista “ DU BATUKIS” no evento “FESTA DO MORRO SÃO SEBASTIÃO- 2026”, a ser realizado no dia 29, de agosto de 2026, a ser realizado no Morro São Sebastião – Distrito de Muriqui - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 00:00h e término ás 01:30h, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 184/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11083/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: DOUGLAS RICARDO DOS S. FERREIRA VENAS
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação no evento “FESTA DO MORRO SÃO SEBASTIÃO 2026”, a ser realizado nos dias 30 de agosto de 2026, no Morro São Sebastião, distrito de Muriqui – Mangaratiba, com início para a apresentação do artista DOUGLAS VENAS às 00:00 h e término às 01:30 h, conforme especificações descritas no calendário de eventos no Anexo I do Termo de Referência.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 20 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 185/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11082/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: NAISSON CESAR
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação no evento “FESTA DO MORRO SÃO SEBASTIÃO 2026”, a ser realizado no dia 30 de agosto de 2026, no Morro São Sebastião, distrito de Muriqui – Mangaratiba, com início para a apresentação do artista NAISSON CESAR às 22:00 horas e término às 23:30 horas, conforme especificações descritas no calendário de eventos no Anexo I do Termo de Referência
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente

Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 20 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 186/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11080/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação do artista "ALEXANDRE SANTANA" no evento "FESTA DO MORRO SÃO SEBASTIÃO", a ser realizado no dia 28 de agosto de 2026, a ser realizado no Morro São Sebastião – Distrito de Muriqui - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 00:00h e término ás 01:30h, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 20 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 187/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11084/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: STEFANY FERREIRA DE ALMEIDA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação da artista " STEFANY MOREIRA" no evento "FESTA DO PISEIRO 2026", a ser realizado no dia 22 de agosto de 2026, Parque de Exposições Roberto Monsores - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 22:00hrs e término ás 23:00hrs, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 188/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11086/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: ANDERSON FERREIRA DE JESUS
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação do artista " ANDERSON DO ARROCHA" no evento "FESTA DO PISEIRO 2026", a ser realizado no dia 23 de agosto de 2026, Parque de Exposições Roberto Monsores - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 14:00hrs e término ás 17:00hrs, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 189/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11114/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: VANDERLEY JOÃO FERREIRA
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação no evento "FESTA DO PISEIRO 2026 'a ser realizado no dia 23 de agosto de 2026, no Parque de Exposições Roberto Monsores– Mangaratiba/RJ, com início para a apresentação do artista DELEY DOS TECLADOS às 18:30hrs e término às 20:00hrs, conforme especificações descritas no calendário de eventos no Anexo I do Termo de Referência.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.

Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 190/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11115/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: RAISSA DOS SANTOS NASCIMENTO
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para para apresentação no evento "FESTA DO PISEIRO' 'a ser realizado no dia 23 de agosto de 2026, a ser realizado no Parque de Exposições Roberto Monsores - Mangaratiba/RJ, com início para a apresentação da artista às 17:30hrs e término ás 18:30hrs, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 191/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11116/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: DHEISON JUNIO BARRETO DOS SANTOS
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação no evento "FESTA DO PISEIRO 2026", a ser realizado nos dias 22 de agosto 2026, a ser realizado no Parque de Exposições Roberto Monsores - Mangaratiba/RJ, com início para a apresentação do artista "BILLA DOS TECLADOS" (Dheison Junio Barreto dos Santos), com início para apresentação às 00:00h e término ás 02:00h, tudo em estrita conformidade conforme especificações descritas no calendário de eventos no Anexo I do Termo de Referência.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 192/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11085/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: PEDRO PAULO HENRIQUE
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação da artista " PEDRO PAULO E PRIMO" no evento "FESTA DO PISEIRO 2026", a ser realizado no dia 22 de agosto de 2026, Parque de Exposições Roberto Monsores - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 19:00hrs e término ás 21:00hrs, tudo em estrita conformidade e especificações descritas no termo de Referencia e no calendário de eventos no Anexo I.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais .
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO N° 193/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11969/2026 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: FABIO RODRIGO ALVES COUTINHO
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.
Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de show artístico para apresentação no evento "FESTA DO MORRO SÃO SEBASTIÃO", a ser realizado no dia 28 a 30 de agosto de 2026, no Morro São Sebastião, distrito de Muriqui - Mangaratiba, com início para a apresentação do artista às 18:00 horas e término às 02:00 horas, conforme especificações descritas no calendário de eventos no Anexo I do Termo de Referência.
Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura pelas partes do presente instrumento, cujo extrato será publicado no Diário Oficial do Município.
Valor: O valor da diária do artista compreende a importância de R$ 600,00 (seiscentos reais), perfazendo o valor global de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).
Dotação Orçamentaria: As despesas com a execução do presente Contrato correrão pela dotação orçamentária para este exercício n° 02.16.01.23.695.0012.2013.3.3.90.36.00. Sendo emitida Nota de Empenho a posteriore.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 20 de agosto de 2026.

PORTARIA ADM. Nº 1142 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 150 (CENTO E CINQUENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) JOSILDA DE SOUZA BRAGA, PROFESSOR II, matrícula nº 3158, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 08/08/2026 a 04/01/2027, conforme processo nº 01125/2026.

PORTARIA ADM. Nº 1143 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 150 (CENTO E CINQUENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) JOSILDA DE SOUZA BRAGA, PROFESSOR II, matrícula nº 969, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 08/08/2026 a 04/01/2027, conforme processo nº 01125/2026.

PORTARIA ADM. Nº 1144 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) DEBORA DE OLIVEIRA SILVA, RECEPCIONISTA, matrícula nº 10839, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 11/06/2026 a 10/06/2027, conforme processo nº 00221/2023.

PORTARIA ADM. Nº 1145 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) MARLI NASCIMENTO, PROFESSOR II, matrícula nº 1707, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, a partir de 25/08/2026 a 24/08/2027, conforme processo nº 03249/2023.

PORTARIA ADM. Nº 1146 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) ANDREIA DA SILVA MARCELINO, SERVENTE ESCOLAR, matrícula nº 10890, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 23/06/2026 a 22/06/2027, conforme processo nº 09483/2026.

PORTARIA ADM. Nº 1147 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 120 (CENTO E VINTE) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) MICHELLE PAULA DE OLIVEIRA SILVA, PROFESSOR II, matrícula nº 3711, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 07/05/2026 a 03/09/2026, conforme processo nº 07709/2024.

PORTARIA ADM. Nº 1148 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) MUNIQUE DUMAS VIANA, SECRETARIA II, matrícula nº 1866, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 19/08/2026 a 18/08/2027, conforme processo nº 10942/2022.

PORTARIA ADM. Nº 1149 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 180 (CENTO E OITENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) DEBORA DA SILVA STELLET SANCHEZ, ORIENTADOR EDUCACIONAL, matrícula nº 3010, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 27/07/2026 a 22/01/2027, conforme processo nº 03633/2024.

PORTARIA ADM. Nº 1150 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, PROFESSOR II, matrícula nº 1579, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 23/07/2026 a 22/07/2027, conforme processo nº 00513/2023.

PORTARIA ADM. Nº 1151 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) ANA PAULA DA SILVA CARDOSO, PROFESSOR II, matrícula nº 10439, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, com efeito retroativo a partir de 23/07/2026 a 22/07/2027, conforme processo nº 00513/2023.

PORTARIA ADM. N.º 1152 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 14 (QUATORZE) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a(o) servidor(a) TATIANE SOARES VIANA DE SOUZA, PROFESSOR II, matrícula n.º 1757, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 17/08/2026 a 30/08/2026, conforme processo n.º 12205/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 24 de agosto de 2026.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA N.º 2259 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 0171/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) RODRIGO FERREREZ ROCHA, do Cargo de DIRETOR DE CULTURA, símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 19 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2260 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2098/2026,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ANDRÉ CONSTANTINO PEREIRA, do Cargo de ASSESSOR DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 19 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2262 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 3282/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) TAYNA DA SILVA FERREIRA, do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2263 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1527/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) FLÁVIO MARCIEL RODRIGUES, do Cargo de ASSESSOR DA DIVISÃO DE SAÚDE ESPORTIVA, símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 10 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2264 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas

atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 3525/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) SÔNIA MAIA FERMIANO, do Cargo de COORDENADOR DE CONTROLE DE PESSOAL, símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2265 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1694/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) BRUNO CESAR MENEZES PEREIRA, do Cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2266 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 0777/2026,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ANGELA MANGANELLO, do Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 07 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2267 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1477/2026,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) SARAH SACERDOTE DOS SANTOS, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2268 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1966/2026,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) FLAVIA ANDREZA BARBOSA MARTINS, do Cargo de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 15 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2269 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANDRÉ CONSTANTINO PEREIRA, para exercer o Cargo de DIRETOR DE CULTURA, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 20 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2271 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DANIELE OLIVEIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2272 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) FLÁVIO MARCIEL RODRIGUES, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE ESPORTES, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, com efeito retroativo a partir de 11 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2273 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) HIGOR MARTINS DUTRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2274 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JÉSSICA DA SILVA CEIA, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2275 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Nomear o(a) Senhor(a) JEYCE CLARA MARTINS DE SOUZA, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE CONTROLE DE PESSOAL, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2276 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JHONATHAN DA SILVA PEREIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2277 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JORGE PERI DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2278 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LEONARDO VINICIUS LATTARI RAYOL PRATI, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2279 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARCELLE RODRIGUES PAIVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DAS UNIDADES ESCOLARES, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2280 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MARGARETE DE OLIVEIRA SOUZA, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 07 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2281 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MILLENA EVELYN DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 17 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2282 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) MONIQUE DA COSTA SILVA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2283 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ROSILENE PARÁ-ASSÚ TRINDADE, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 02 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2284 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) WALLACE DA SILVA LIMA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 20 de agosto de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 24 de agosto de 2026.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 5240/2026
OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a Contratação de Empresa especializada para eventual e futura prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando dedetização, desratização, desinsetização, descupinização e desalojamento de pombos e morcegos em todas as áreas internas e externas, bem como serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas da Secretaria Municipal de Educação e seus anexos, assim como todas as Unidades Escolares do Município.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Global
MODO DE DISPUTA: ABERTO
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24 de agosto de 2026 às 15h00min até 03 de setembro de 2026 às 23h59min
DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 09 de setembro de 2026 às 09h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ , podendo, alternativamente, ser impresso no site http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes, dúvidas poderão ser dirimidas através dos e-mails: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com;

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 6758/2026
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para Aquisição de materiais de fisioterapia para atender o Centro de Fisioterapia da Secretaria de Municipal de Mangaratiba.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Unitário
MODO DE DISPUTA: ABERTO
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24 de agosto de 2026 às 15h00min até 03 de setembro de 2026 às 23h59min
DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 09 de setembro de 2026 às 13h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ , podendo, alternativamente, ser impresso no site http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes, dúvidas poderão ser dirimidas através dos e-mails: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com;

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 4773/2026
OBJETO: A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa para aquisição de 01 (uma) embarcação completa, nova, sem uso, incluindo casco, motorização, acessórios, instalação, montagem e entrega técnica, para dotar a APA Marinha Boto Cinza de equipamentos de gerenciamento e manejo, possibilitando que esta Unidade de Conservação (UC) venha atingir os objetivos pelo quais foi criada, em cumprimento à decisão judicial constante nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0177386-56.2016.4.02.5111/RJ.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Unitário
MODO DE DISPUTA: ABERTO
INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 24 de agosto de 2026 às 15h00min até 03 de setembro de 2026 às 23h59min
DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 10 de setembro de 2026 às 09h00min
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe. O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico https://novobbmnet.com.br/ , podendo, alternativamente, ser impresso no site http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/licitacoes, dúvidas poderão ser dirimidas através dos e-mails: cpl@mangaratiba.rj.gov.br e cpl.licitacaomangaratiba@gmail.com;

Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Agente de Contratação/Pregoeiro
Portaria nº: 3183/2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO SMS Nº 011/2026 – SMS Mangaratiba

INSTITUI, ESTABELECE E NORMATIZA O PROTOCOLO PARA SOLICITAÇÃO, JUSTIFICATIVA, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes para a solicitação de exames laboratoriais no âmbito da Rede Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a organização, o gerenciamento, a regulação e o controle dos exames solicitados pelos profissionais médicos da Rede Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de otimização dos recursos públicos destinados à assistência laboratorial, assegurando sua utilização de acordo com critérios técnicos, clínicos e assistenciais;

CONSIDERANDO a importância da adoção de protocolos que promovam maior eficiência, rastreabilidade, segurança e uniformidade na solicitação e realização de exames laboratoriais;

CONSIDERANDO a necessidade de diferenciar os exames laboratoriais padronizados de rotina daqueles cuja realização dependa de indicação clínica específica e devidamente fundamentada;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilização das solicitações médicas com os protocolos assistenciais, hipóteses diagnósticas, códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID e demais critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos objetivos de conferência e validação dos exames laboratoriais não padronizados junto à empresa responsável pela prestação dos serviços laboratoriais ao Município;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Mangaratiba, o Protocolo Municipal para Solicitação, Justificativa, Organização e Gerenciamento de Exames Laboratoriais, de observância obrigatória pelos profissionais médicos, unidades e serviços integrantes da Rede Municipal de Saúde, bem como pelos prestadores de serviços laboratoriais contratados ou conveniados, no que lhes couber.

Art. 2º O protocolo instituído por esta Resolução tem por objetivos:

I – Padronizar os procedimentos relacionados à solicitação de exames laboratoriais;

II – Otimizar a utilização dos serviços laboratoriais disponibilizados pela Rede Municipal de Saúde;

III – estabelecer critérios objetivos para diferenciação entre exames laboratoriais padronizados de rotina e exames solicitados fora do protocolo de rotina;

IV – Assegurar que exames não padronizados sejam solicitados mediante indicação clínica e justificativa técnica adequadas;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

V – Proporcionar maior controle, organização, eficiência e racionalidade na utilização dos recursos públicos destinados aos serviços de apoio diagnóstico;

VI – Assegurar a adequada correlação entre o exame solicitado, o quadro clínico apresentado, a hipótese diagnóstica e o respectivo código da Classificação Internacional de Doenças – CID;

VII – estabelecer mecanismos de conferência e validação das solicitações de exames não padronizados;

VIII – promover uniformidade entre os critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e aqueles utilizados pela empresa prestadora dos serviços laboratoriais.

CAPÍTULO II
DOS EXAMES LABORATORIAIS PADRONIZADOS

Art. 3º Para os fins desta Resolução, ficam considerados Exames Laboratoriais Padronizados de Rotina, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde – APS:

I – Hemograma completo;
II – Glicemia em jejum;
III – Hemoglobina glicada – HbA1c, observado o intervalo mínimo de 03 (três) meses, ressalvada indicação clínica devidamente fundamentada;
IV – Colesterol total;
V – HDL-colesterol;
VI – LDL-colesterol;
VII – Triglicerídeos;
VIII – Creatinina;
IX – Ureia;
X – Sódio;
XI – Potássio;
XII – EAS – Elementos e Sedimentos Anormais / Urina Tipo I.
XIII – Hepatograma – TGO, TGP, Bilirrubina totais e frações, fosfatase alcalina e Gama GT
XIV -TAP/INR E PTT – Para risco cirúrgico

XV- EPF – exame parasitológico das fezes

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

§ 1º Os exames relacionados neste artigo constituem o rol padrão de exames laboratoriais de rotina da APS, não sendo exigido, para sua solicitação regular, o preenchimento do formulário de Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina da APS.

§ 2º A dispensa prevista no § 1º não afasta a responsabilidade do profissional médico quanto à indicação clínica adequada do exame, nem a observância dos protocolos assistenciais, periodicidades e demais normas técnicas vigentes.

§ 3º O rol previsto neste artigo poderá ser revisto, atualizado, ampliado ou reduzido pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante ato próprio, considerando critérios técnicos, epidemiológicos, assistenciais, administrativos, financeiros e de gestão.

Art. 4º Para os fins desta Resolução, ficam considerados **Exames Laboratoriais Padronizados de Rotina da Unidade Hospitalar**, aqueles relacionados a seguir, observada a indicação clínica e os protocolos assistenciais vigentes:

I – Hemograma completo;
II – Glicemia;
III – Ureia;
IV – Creatinina;
V – Sódio;
VI – Potássio;
VII – Cálcio
VIII – TGO (AST);
IX – TGP (ALT);
X – Bilirrubina total e frações;
XI – Fosfatase alcalina;
XII – GGT;
XIV – Amilase;
XV – Lipase;
XVI – Magnésio;
XVII – proteínas totais e frações;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

XVIII – Troponina;

XIX – CK\ CKMB

XX – TAP\INR

XXI – PTT;

XXII – PCR;

XXIII – Lactato;

XXIV – Gasometria arterial;

XXV – BIOPSIAS

XXVI – EAS – Elementos e Sedimentos Anormais / Urina Tipo I;

XXVII – Urocultura;

XXVIII – Hemoculturas;

XXIX – Cultura de secreção/material adversos;

XXX – Grupo Sanguíneo e fator RH;

XXXI – HCG;

XXXII - Testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B/C, conforme indicação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

§ 1º Os exames relacionados neste artigo constituem o rol padrão de exames laboratoriais da Unidade Hospitalar, não sendo exigido, para sua solicitação regular, o preenchimento do formulário de Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina, desde que observada a indicação clínica e os protocolos assistenciais vigentes.

§ 2º A inclusão do exame no rol de procedimentos padronizados não afasta a responsabilidade do profissional médico quanto à avaliação da necessidade clínica, pertinência da solicitação e adequada indicação do procedimento.

§ 3º Os exames que não estejam contemplados no rol estabelecido neste artigo serão considerados exames fora do protocolo de rotina da Unidade Hospitalar e deverão ser acompanhados de **Justificativa Técnica**, devidamente preenchida pelo médico solicitante.

§ 4º A justificativa técnica deverá demonstrar a necessidade e pertinência do exame solicitado, contendo, conforme aplicável, a identificação do paciente, exame solicitado, CID, hipótese diagnóstica, quadro clínico, indicação clínica e fundamentação técnica.

§ 5º A justificativa deverá ser individualizada e apresentar correlação entre o exame solicitado, o quadro clínico, a hipótese diagnóstica e o CID informado, não sendo admitidas justificativas genéricas, incompletas ou sem fundamentação clínica suficiente.

§ 6º O preenchimento da justificativa técnica será de responsabilidade do médico solicitante, devendo acompanhar a solicitação durante o respectivo fluxo administrativo, regulatório e assistencial.

§ 7º A apresentação da justificativa técnica não implicará autorização automática para realização do exame, ficando a solicitação sujeita à análise de conformidade com os critérios técnicos, clínicos, assistenciais, administrativos e contratuais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 8º O rol de exames previstos neste artigo poderá ser revisto, atualizado, ampliado ou reduzido pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante ato próprio, considerando critérios técnicos, epidemiológicos, assistenciais, administrativos, financeiros e de gestão.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

CAPÍTULO III

DOS EXAMES FORA DO PROTOCOLO DE ROTINA

Art. 4º Todo exame laboratorial solicitado por profissional médico que não esteja compreendido no rol estabelecido no art. 3º desta Resolução será considerado, para os fins deste protocolo, exame fora do protocolo de rotina da APS e da Unidade Hospitalar.

Art. 5º A solicitação de exame laboratorial fora do protocolo de rotina deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada do formulário denominado "Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina da APS" ou " Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo da rotina hospitalar", devidamente preenchido pelo médico solicitante.

§ 1º O preenchimento da justificativa técnica é de responsabilidade do médico solicitante, devendo o formulário acompanhar o pedido do exame durante o respectivo fluxo administrativo, regulatório e assistencial até sua apresentação ao serviço responsável pela realização do procedimento.

§ 2º O formulário deverá conter, obrigatoriamente, no mínimo:

I – Identificação do paciente;

II – Nome completo;

III – data de nascimento;

IV – Cartão Nacional de Saúde – CNS e/ou número do prontuário;

V – Identificação do exame ou exames solicitados fora da rotina;

VI – Código da Classificação Internacional de Doenças – CID correspondente;

VII – descrição da hipótese diagnóstica ou condição clínica;

VIII – descrição do quadro clínico, contemplando, quando pertinente, sinais, sintomas, tempo de evolução e achados relevantes do exame físico;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

IX – Indicação clínica e justificativa técnica da solicitação, demonstrando a finalidade e a necessidade do exame;

X – Conduta e/ou hipótese diagnóstica;

XI – identificação do médico solicitante;

XII – número de inscrição no Conselho Regional de Medicina – CRM;

XIII – data;

XIV – assinatura e carimbo do médico solicitante.

§ 3º A justificativa deverá apresentar elementos clínicos suficientes para demonstrar a pertinência e a necessidade do exame solicitado, não sendo admitido o preenchimento meramente genérico, incompleto ou sem correlação com a condição clínica apresentada.

§ 4º Não será admitida a utilização de carimbos pré-preenchidos, padronizados ou pré-formatados contendo relação de exames, bem como de qualquer outro mecanismo de preenchimento automático, reprodução padronizada ou aposição de carimbo destinado a substituir a indicação individualizada dos exames pelo profissional médico, tanto no formulário de Solicitação de Exames Laboratoriais – Exames de Rotina da Atenção Primária à Saúde (APS) quanto no formulário de Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina da APS / Unidade Hospitalar.

I – A indicação dos exames deverá ser realizada de forma individualizada pelo médico solicitante, mediante preenchimento manual do respectivo pedido, observada a necessidade clínica de cada paciente;

II – Tratando-se de exame fora do protocolo de rotina, a justificativa técnica, o quadro clínico, a hipótese diagnóstica, o CID e os demais elementos exigidos nesta Resolução deverão igualmente ser preenchidos de forma individualizada, não sendo admitida justificativa genérica, previamente confeccionada ou reproduzida por carimbo;

III – a utilização de carimbo permanecerá admitida exclusivamente para fins de identificação profissional do médico solicitante, contendo, quando aplicável, nome, número de inscrição no

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

Conselho Regional de Medicina – CRM e demais elementos de identificação, acompanhada da respectiva assinatura.

§ 5º Os pedidos apresentados em desacordo com o disposto no § 4º poderão ser considerados irregulares e devolvidos à unidade de origem para o correto preenchimento pelo profissional médico solicitante, observado o fluxo estabelecido nesta Resolução.

CAPÍTULO IV

DA CORRELAÇÃO ENTRE EXAMES, CIDs E CRITÉRIOS TÉCNICOS

Art. 6º As solicitações de exames laboratoriais fora do protocolo de rotina deverão observar a listagem de códigos da Classificação Internacional de Doenças – CID e respectivas correlações, indicações e justificativas clínicas estabelecidas e atualizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Mangaratiba.

§ 1º O CID informado deverá guardar compatibilidade com o exame solicitado, a hipótese diagnóstica, o quadro clínico e a justificativa técnica apresentada pelo médico solicitante.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer e atualizar matriz de correlação entre exames, CID, indicações clínicas e demais critérios técnicos necessários à validação e execução dos procedimentos.

§ 3º A listagem e a matriz de correlação previstas neste artigo constituirão instrumentos técnicos complementares à presente Resolução e deverão ser observadas pelas unidades, profissionais médicos e prestadores de serviços envolvidos no fluxo de solicitação e realização dos exames.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Saúde elaborará, manterá atualizada e encaminhará à empresa prestadora dos serviços laboratoriais do Município a listagem dos exames laboratoriais não compreendidos no rol padrão de rotina que poderão ser realizados mediante justificativa técnica, contendo os respectivos códigos da Classificação Internacional de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

Doenças – CID admitidos, suas correlações clínicas, indicações, justificativas e demais critérios técnicos necessários à sua realização.

§ 1º A listagem de que trata o caput constituirá instrumento oficial de referência para análise e validação dos pedidos de exames laboratoriais fora do protocolo de rotina, devendo ser utilizada pela empresa prestadora para confrontar e verificar a compatibilidade entre:

I – o exame laboratorial solicitado;

II – o CID informado pelo médico solicitante;

III – o quadro clínico e a hipótese diagnóstica apresentados;

IV – a justificativa técnica preenchida pelo médico solicitante; e

V – os critérios, indicações e correlações clínicas previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º A realização de exame laboratorial não integrante do rol padrão ficará condicionada à compatibilidade entre a solicitação apresentada e a listagem encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como ao devido preenchimento do formulário de Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina da APS, de modo que o exame solicitado, o CID indicado e a fundamentação clínica apresentada estejam em consonância com os parâmetros previamente estabelecidos.

§ 3º A sistemática prevista neste artigo terá por finalidade promover a uniformização, compatibilização e legitimação técnico-assistencial dos exames laboratoriais realizados fora do protocolo de rotina, estabelecendo correspondência entre os critérios previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde e as justificativas apresentadas pelos médicos solicitantes.

§ 4º Caberá à empresa prestadora dos serviços laboratoriais, no momento do recebimento da solicitação, proceder à conferência da documentação e à verificação de sua compatibilidade com a listagem e os critérios encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

§ 5º Constatada a compatibilidade entre o exame solicitado, o CID, a justificativa clínica apresentada e os parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, o exame poderá ser regularmente processado e realizado, observadas as demais regras assistenciais, administrativas e contratuais aplicáveis.

§ 6º Não havendo correspondência ou compatibilidade entre a solicitação apresentada e os parâmetros constantes da listagem oficial, ou estando ausente, incompleta ou insuficiente a respectiva justificativa técnica, o exame não deverá ser realizado, devendo a solicitação ser devolvida à unidade de origem para reavaliação, complementação ou regularização pelo médico solicitante.

§ 7º A listagem de exames, CID, indicações, justificativas e correlações clínicas poderá ser revista e atualizada a qualquer tempo pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com critérios técnicos, assistenciais, epidemiológicos, administrativos e de gestão, devendo cada atualização ser formalmente comunicada à empresa prestadora dos serviços laboratoriais para sua observância.

Art. 8º A apresentação da justificativa técnica não implicará, por si só, autorização automática para realização do exame, permanecendo a solicitação sujeita à análise de conformidade com a listagem oficial, os CID, critérios clínicos, indicações e demais parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V

DO RECEBIMENTO, CONFERÊNCIA E DEVOLUÇÃO DAS SOLICITAÇÕES

Art. 9º Os serviços responsáveis pelo recebimento, processamento, regulação ou realização dos exames laboratoriais deverão verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 10. O pedido de exame fora do protocolo de rotina que não esteja acompanhado da respectiva justificativa técnica, ou cuja documentação esteja incompleta, ilegível ou em

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

desacordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução, não deverá ser processado para realização, devendo ser devolvido à unidade de origem para regularização pelo médico solicitante.

§ 1º A devolução deverá indicar, sempre que possível, a pendência ou inconformidade identificada, permitindo sua adequada correção.

§ 2º A empresa prestadora dos serviços laboratoriais deverá observar os critérios, listagens e fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, não devendo realizar exames fora do protocolo de rotina quando ausentes os documentos ou requisitos obrigatórios previstos

nesta Resolução, ressalvadas as situações excepcionais expressamente previstas nos protocolos municipais.

§ 3º A devolução de pedido em desconformidade possui natureza administrativa e técnica e não impede sua nova apresentação após a devida regularização.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11. Compete ao médico solicitante:

I – Observar o rol de exames laboratoriais padronizados;

II – Avaliar a necessidade clínica dos exames solicitados;

III – preencher integralmente a justificativa técnica sempre que solicitar exame fora do protocolo de rotina;

IV – Informar CID compatível com o quadro clínico e com o exame solicitado;

V – Apresentar fundamentação clínica adequada e suficiente; e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

VI – Observar as normas, protocolos, fluxos e atualizações expedidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 12. Compete às unidades da Rede Municipal de Saúde orientar seus profissionais quanto ao cumprimento desta Resolução e conferir, no âmbito de suas atribuições, a regularidade documental dos pedidos encaminhados.

Art. 13. Compete à empresa prestadora dos serviços laboratoriais, sem prejuízo das demais obrigações contratuais:

I – Observar a listagem e os parâmetros técnicos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – Proceder à conferência dos pedidos de exames não padronizados e das respectivas justificativas;

III – verificar a correspondência entre exame solicitado, CID, justificativa clínica e parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

IV – Realizar os exames quando atendidos os requisitos estabelecidos;

V – não processar os pedidos em desconformidade com o protocolo, promovendo sua devolução para regularização; e

VI – Observar as atualizações formalmente encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio dos setores técnicos competentes:

I – Acompanhar e avaliar a execução do protocolo instituído por esta Resolução;

II – Atualizar, sempre que necessário, o rol de exames padronizados;

III – elaborar e atualizar a listagem de exames não padronizados passíveis de realização mediante justificativa;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

IV – Estabelecer e atualizar os critérios de correlação entre exames, CIDs, indicações e justificativas clínicas;

V – Encaminhar formalmente à empresa prestadora dos serviços laboratoriais as listagens e respectivas atualizações;

VI – Orientar os profissionais e unidades quanto à aplicação desta Resolução;

VII – estabelecer fluxos complementares necessários ao adequado gerenciamento dos exames laboratoriais; e

VIII – acompanhar a execução contratual dos prestadores de serviços laboratoriais quanto ao cumprimento dos critérios estabelecidos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Ficam instituídos como instrumentos integrantes do fluxo estabelecido por esta Resolução:

I – o formulário de Solicitação de Exames Laboratoriais – Exames de Rotina da Atenção Primária à Saúde (APS), contendo o rol previsto no art. 3º desta Resolução;

II – o formulário de Justificativa Técnica para Solicitação de Exames Fora do Protocolo de Rotina da APS, de preenchimento obrigatório pelo médico solicitante nas hipóteses previstas nesta Resolução; e

III – a listagem/matriz técnica de exames laboratoriais não padronizados, respectivos CIDs, indicações, justificativas e correlações clínicas admitidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. Os formulários previstos nos incisos I e II do art. 15 poderão integrar esta Resolução como Anexo I e Anexo II, respectivamente, enquanto a listagem técnica prevista no inciso III poderá ser atualizada administrativamente pela Secretaria Municipal de Saúde sempre que necessário, independentemente de alteração integral desta Resolução.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

Art. 17. A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir normas, notas técnicas, circulares, instruções e demais atos complementares necessários à execução, atualização e operacionalização desta Resolução.

Art. 18. Os casos excepcionais ou omissos serão analisados pelos setores técnicos competentes da Secretaria Municipal de Saúde, observados os critérios clínicos, assistenciais, administrativos e contratuais aplicáveis.

Art. 19. As unidades municipais de saúde e a empresa responsável pela prestação dos serviços laboratoriais deverão adequar seus fluxos internos às disposições desta Resolução.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 24 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCAS DA SILVA VENITO
Data: 24/08/2026 14:27:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUCAS DA SILVA VENITO
Secretário Municipal de Saúde

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - APS

Exames de rotina - Atenção Primária à Saúde (APS)

Paciente: _____

Data de nascimento: _____

Data da solicitação: _____

Exames solicitados

■ Hemograma completo
■ Glicemia em jejum
■ Hemoglobina glicada (HbA1c) — intervalo mínimo de 3 meses
■ Colesterol total e frações
■ Triglicerídeos
■ TGO
■ TGP
■Bilirrubina totais e frações
■Fosfatase alcalina
■Gama GT
■ Creatinina
■ Ureia
■ Sódio e Potássio
■ EAS (elementos e sedimentos anormais / urina tipo I)
■ EPF (fezes tipo I)
■ Coagulograma completo (para risco cirúrgico)

_____
Assinatura e carimbo do médico solicitante

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA
COSTA VERDE - RJ

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS
UNIDADE HOSPITALAR

Unidade Hospitalar:
_____

Paciente:
_____

Data de nascimento: _____
Data da solicitação: _____

EXAMES SOLICITADOS

- Hemograma completo
- Glicemia
- Ureia
- Creatinina
- Sódio
- Potássio
- Cálcio
- TGO (AST)
- TGP (ALT)
- Bilirrubina total e frações
- Fosfatase alcalina
- GGT
- Proteínas totais e frações
- Amilase
- Lipase
- Magnésio
- Biopsias
- Troponina
- CK/CKMB
- TAP/INR
- PTT
- PCR
- Lactato
- Gasometria arterial
- EAS (urina tipo I)
- Urocultura
- Hemocultura
- Cultura de secreção/material Adversos
- Grupo sanguíneo e FATOR RH
- HCG
- Testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B/C, conforme indicação

_____
Assinatura e carimbo do médico solicitante

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA SOLICITAÇÃO DE EXAMES
FORA DO PROTOCOLO DE ROTINA DA APS E DA UNIDADE HOSPITALAR

Preenchimento obrigatório pelo médico solicitante

Este formulário é de preenchimento obrigatório sempre que a solicitação de exames laboratoriais ou de imagem não corresponder ao painel de rotina estabelecido para a Atenção Primária à Saúde (APS). A ausência de preenchimento completo pode ensejar a devolução da solicitação.

1. Identificação do paciente

Nome: _____

Data de nascimento: _____

Cartão SUS / Prontuário: _____

2. Exame(s) solicitado(s) fora da rotina

_____

_____

3. CID-10

Informar o(s) código(s) da Classificação Internacional de Doenças correspondente(s) à hipótese diagnóstica ou condição que motiva a solicitação.

CID-10: _____

Descrição:_____

4. Quadro clínico

Descrever sinais, sintomas, tempo de evolução e achados relevantes do exame físico que fundamentam a solicitação.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

5. Indicação clínica / justificativa da solicitação

Explicar por que o exame de rotina é insuficiente e qual a finalidade do exame solicitado (confirmação diagnóstica, acompanhamento, investigação de intercorrência, etc.).

6. Conduta / hipótese diagnóstica

7. Identificação do médico solicitante

Nome: _____

CRM: _____

Data: _____

_____

Assinatura e carimbo do médico solicitante

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III

SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS
UNIDADE HOSPITALAR

Unidade Hospitalar: _____

Paciente: _____

Data de nascimento: _____

Data da solicitação: _____

EXAMES SOLICITADOS

HEMATOLOGIA
☐ Hemograma completo

BIOQUÍMICA / FUNÇÃO RENAL / ELETRÓLITOS
☐ Glicemia
☐ Ureia
☐ Creatinina
☐ Sódio
☐ Potássio
☐ Cálcio total

FUNÇÃO HEPÁTICA / PANCREÁTICA
☐ TGO (AST)
☐ TGP (ALT)
☐ Bilirrubina total e frações
☐ Fosfatase alcalina
☐ GGT
☐ Albumina
☐ Amilase
☐ Lipase
☐ Colesterol total e frações
☐ Triglicerídeos

MARCADORES CARDÍACOS / MUSCULARES
☐ Troponina
☐ CK/CPK

COAGULAÇÃO
☐ TP / INR
☐ TTPA

INFLAMAÇÃO / SEPSE
☐ PCR
☐ Lactato

GASOMETRIA
☐ Gasometria arterial
☐ Gasometria venosa

URINA
☐ EAS (urina tipo I)
☐ Urocultura

MICROBIOLOGIA
☐ Hemoculturas
☐ Cultura de secreções/material biológico

BANCO DE SANGUE
☐ Tipagem sanguínea ABO/Rh
☐ Prova de compatibilidade / reserva de hemocomponentes

OUTROS
☐ β-HCG
☐ Testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B/C,
conforme indicação

_____
Assinatura e carimbo do médico solicitante

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL N° 01/2025

PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

CHAMAMENTO OFICIAL

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos classificados no cadastro de reserva dos distritos de Itacuruçá e Mangaratiba do Processo Seletivo Público para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em razão da necessidade de reposição de vaga.

Os candidatos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Saúde no dia **26 de Agosto de 2026**, no horário de funcionamento do setor, munidos de todos os documentos necessários para admissão no cargo, conforme previsto no edital do referido processo seletivo.

O não comparecimento na data estabelecida poderá implicar na perda do direito à vaga, conforme normas do edital.

Sem mais para o momento, reiteramos a importância do cumprimento do prazo estabelecido.

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Os candidatos deverão apresentar originais e cópias dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade (RG)
2. CPF
3. PIS/PASEP
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (página da foto e verso)
5. Título de Eleitor
6. Certidão de Nascimento ou Casamento
7. Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino)
8. 02 (duas) fotos 3x4
9. Comprovante de Residência atualizado

Lucas da S. Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018-13/01/2025

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA

10. Certificado ou Declaração de Escolaridade

11. Última Declaração de Imposto de Renda ou Declaração de Isento

12. Comprovante de Tipo Sanguíneo

13. Registro no Conselho de Classe Profissional, quando aplicável

14. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando aplicável

ITACURUÇÁ							
NOME COMPLETO DO CANDIDATO	PCD	COTA	AVALIAÇÃO CURRICULAR	NOTA ENTREVISTA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
Aline Miranda dos Santos Buiati	NÃO	NÃO	6	65	71	APROVADO	ESF ITACURUÇÁ

MANGARATIBA							
NOME COMPLETO DO CANDIDATO	PCD	COTA	AVALIAÇÃO CURRICULAR	NOTA ENTREVISTA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
Luan Carlos Alves Mariano dos Santos	NÃO	NÃO	0	70	70	APROVADO	ESF MANGARATIBA CENTRO

Mangaratiba , 24 de Agosto de 2026

Lucas da S. Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018-03/01/2025

Lucas da Silva Venito
Secretário Municipal de Saúde de Mangaratiba - SMS/Mangaratiba

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação

INTERESSADO: CONSELHO DE EDUCAÇÃO		**UF:** RJ
ASSUNTO: Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba – 2025 – CME Mangaratiba		
RELATOR: Juliana Ferre Martins Suliano		
PARECER Nº: 004	**COLEGIADO:** CP	**APROVADO EM 27/07/2026**

1. **Relatório:**

O presente parecer tem por finalidade analisar, à luz das atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Mangaratiba, o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), decênio 2015–2025, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.483/2023, que atualizou metas e estratégias em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014, prorrogado pela Lei nº 14.934/2024).

O relatório anexo de monitoramento cumpre o dever legal de avaliação periódica do PNE, oferecendo dados objetivos sobre o estágio de implementação das 20 metas e 225 estratégias do PME.

2. **Análise:**

Após análise do plano, este Conselho constatou que o Município avançou consideravelmente nas metas envolvendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, apresentando elevado número de estratégias implementadas e alinhamento às diretrizes do PNE.

Ainda, existem desafios para alcance plena das metas, em especial aquelas relacionadas à infraestrutura dos espaços, valorização profissional e formação continuada.

No mais, ficou demonstrado que o Município cumpriu parcela expressiva das obrigações previstas no PME, alinhado às diretrizes do PNE, embora ainda haja lacunas que demandam planejamento estratégico e investimentos contínuos.

3. **Voto do Relator:**

Considerando os dados apresentados no Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação

Considerando que foram analisadas 225 estratégias, das quais 101 foram alcançadas, 59 alcançadas parcialmente, 62 não alcançadas e 3 consideradas não aplicáveis;

Considerando a necessidade de continuidade das políticas públicas educacionais e de aperfeiçoamento do planejamento municipal;

Voto pela aprovação do Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba, referente ao exercício de 2025, com as recomendações constantes no documento denominado ANEXO I.

4. **Decisão do Colegiado:**

Diante das recomendações acima e discussões, o Conselho Pleno decide pela aprovação por unanimidade do Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME-2025, em cumprimento às normas vigentes.

Juliana Suliano
Relatora e Presidente do Conselho de Municipal de Educação

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Carla Meire Rodrigues de Campos	
Celia Maria de Almeida	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Leandro José dos Santos Silva	
Licila Dantas Sales da Fonseca	
Lais Câmara da Rocha	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Vera Lúcia Brojo	
Rachel Martins Barral	

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação

ANEXO I
Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba– 2026
CME Mangaratiba

1-Introdução

O Plano Municipal de Educação de Mangaratiba (PME), com vigência para o decênio 2015–2025, constitui o principal instrumento de planejamento, orientação e acompanhamento da política educacional do Município. Sua finalidade é assegurar a efetivação dos princípios constitucionais relacionados ao direito à educação, à qualidade do ensino, à equidade e à igualdade de oportunidades.

A elaboração do PME ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, a partir de estudos técnicos, debates públicos e mecanismos de participação social, o Plano foi aprovado pela Câmara Municipal de Mangaratiba em 22 de junho de 2015.

Desde o início desse processo, a Secretaria Municipal de Educação instituiu a Comissão Coordenadora e a equipe técnica responsáveis pelo monitoramento, pela avaliação e pelo eventual realinhamento das metas e estratégias previstas no Plano.

No âmbito federal, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014, teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Nesse contexto, o monitoramento contínuo e a avaliação periódica das metas e estratégias constituem procedimentos essenciais para verificar o cumprimento das responsabilidades educacionais atribuídas ao Município.

Assim, o presente relatório tem por finalidade consolidar os resultados do monitoramento e da avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba, considerando o período analisado e o encerramento de sua vigência em 2025. O documento apresenta o estágio de execução das metas e estratégias, os avanços alcançados, as ações desenvolvidas parcialmente e os objetivos ainda não atingidos, servindo como subsídio para o planejamento, a implementação e o acompanhamento do próximo Plano Municipal de Educação.

2-Análise das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba

Tipo de relatório: (x) de Monitoramento (x) de Avaliação

Período analisado: 2025

No Quadro 1, podemos melhor demonstrar o status de cada estratégia e suas observações.

Quadro 1: Avaliação das Metas e Estratégias.

Meta 1	**Universalizar, até 2016, a educação infantil de forma que todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, que a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
1.1) Garantir a matrícula de todas as crianças de 4 (quatro) a 5(cinco) anos de idade na Educação Infantil;	Concluída	Sim	
1.2) Manter e ampliar o atendimento às crianças da educação infantil, com aquisição e/ou construção de prédios próprios que atendam aos padrões de qualidade e normas de segurança específicas para a faixa etária, bem como à acessibilidade dos alunos com deficiência, em regime de parceria e captação de recursos com a União e o Estado.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

1.3) Garantir a todos os alunos da Educação Infantil, material didático necessário à prática pedagógica.	Concluída	Sim	
1.4) Realizar e tornar público o levantamento da demanda para a Educação Infantil, em parceria com a Saúde e a Assistência Social, com o objetivo de planejar a oferta e verificar o atendimento.	Concluída	Sim	
1.5) Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, baseando-se nos parâmetros nacionais de qualidade.	Concluída	Sim	
1.6) Acompanhar e monitorar, mensalmente, o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de Programas de Transferência de Renda, em colaboração com as famílias e demais instâncias envolvidas.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
1.7) Garantir a quantidade máxima de alunos por turma, de acordo com as normas da legislação vigente,	Sempre em desenvolvimento	Sim	

considerando a relação espaço/lotação das salas de aula.			
1.8) Garantir a oferta de, no mínimo, horário parcial, para todos os alunos em obrigatoriedade escolar, em todos os distritos, respeitando o interesse e a realidade da comunidade.	Concluída	Sim	
1.9) Incentivar a permanência de professores para atuação na Educação Infantil, visando à continuidade do trabalho pedagógico.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.10) Assegurar, a cada dois anos, a releitura de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços das ciências e teorias educacionais e que promovam a articulação com a etapa seguinte (Ensino Fundamental).	Concluída	Sim	
1.11) Assegurar espaço adequado e equipado para os docentes realizarem trabalho pedagógico de estudo, avaliação e planejamento.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.12)Proporcionar Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial, assegurando transversalidade na Educação Infantil, respeitando a legislação vigente.	Concluída	Sim	

1.13) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei nº 11.738/2008, para trabalho pedagógico, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.14) Garantir um professor com formação superior em Pedagogia e/ou licenciatura na área de educação com pós-graduação em gestão escolar, para atuar na função de Coordenador Pedagógico, em cada Unidade Escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.15) Garantir formação continuada para professores e coordenador pedagógico, pessoas de apoio e berçaristas.	Em desenvolvimento	Sim	
1.16) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo de vigência deste Plano.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.17) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a resolução do PNAE em vigor, para atendimento aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando,	Concluída	Sim	

quando necessário, os recursos repassados pela União e / ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.			
1.18) Estabelecer parceria com as Secretarias de Assistência Social e Saúde, com vista à articulação de ações de orientação e apoio às famílias, com foco no desenvolvimento integral da criança da Educação Infantil.	Concluída	Sim	

Meta 2	**Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
2.1) Ampliar a rede escolar municipal em prédios próprios, e com definições claras de padrões de iluminação, ventilação, rede elétrica e sanitária, instalações para o serviço de preparo, armazenamento e manipulação de alimentos, espaços de trânsito e repouso, atividades recreativas e de educação física de acordo com a faixa etária a ser atendida e as normas da ABNT de acessibilidade no prazo de **7 anos da publicação deste plano** de acordo com a demanda.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

2.2) Adequar a estrutura física das atuais unidades escolares, em atendimento aos padrões de qualidade e de acessibilidade, considerando o período de permanência do aluno e o trabalho necessário para a garantia de desenvolvimento pleno do indivíduo, em regime de parceria e captação de recursos da União e/ou com recursos próprios.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.3) Garantir o acesso e a permanência do aluno no Ensino Fundamental obrigatório com duração de nove anos, promovendo uma busca ativa às crianças da faixa etária entre seis e quatorze anos fora da escola, em parceria com as famílias e órgãos / instituições afins.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
2.4) Aperfeiçoar o Sistema Municipal de Ensino, respeitando a legislação vigente quanto ao atendimento ao educando em turnos, número de alunos por turmas e lotação docente e de profissionais da educação, tendo em vista o período de permanência do aluno na Unidade e a proposta pedagógica pertinente.	Em desenvolvimento	Sim	
2.5) Implantar programa de formação continuada para professores e demais	Em desenvolvimento	Sim	

profissionais da educação, em atendimento às especialidades das diferentes etapas do processo ensino-aprendizagem.			
2.6) Promover a adesão aos programas de formação ofertados pelos órgãos federais e estaduais para docentes e outros profissionais de educação, com vista à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem	Em desenvolvimento	Sim	
2.7)Assegurar espaço adequado e equipado para os docentes realizarem trabalho pedagógico de estudo, avaliação e planejamento, promovendo a disponibilidade física das unidades escolares e em regime de colaboração e captação de recursos federais e estaduais e/ou recurso próprio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.8) Estabelecer a quantidade máxima de alunos por turma, obedecida à relação espaço/lotação das salas de aula, de acordo com a legislação vigente.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.9) Estabelecer que, em todos os segmentos de ensino, seja dada ênfase ao estudo regional e à articulação entre eles e o mundo, além da ênfase na cultura afro-	Concluída	Sim	

brasileira e indígena como bases da formação da população regional e brasileira, destacando também a Educação Ambiental como resgate da qualidade de vida.			
2.10) Oferecer cursos de formação continuada aos docentes, com currículo voltado à história e cultura do município, cultura afro-brasileira, cultura indígena e às particularidades do campo e da comunidade quilombola.	Em desenvolvimento	Sim	
2.11) Viabilizar, através da construção, prioritariamente, para uso exclusivo das Unidades Escolares ou do planejamento da utilização de áreas públicas, a prática das atividades de Educação Física executada em quadras cobertas, ampliando em 20%, anualmente, em regime de parceria e captação de recursos federais, estaduais e/ou recurso próprio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.12) Garantir a oferta de, no mínimo, horário parcial para todos os alunos em obrigatoriedade escolar, em todos os distritos do Município.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.13)Proporcionar Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial assegurando	Concluída	Sim	

transversalidade no Ensino Fundamental, respeitando a legislação vigente.			
2.14) Capacitar, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação desse plano, e a cada dois anos a partir de então, os responsáveis por bens patrimoniais das unidades que constituem a Secretaria Municipal de Educação de modo a otimizar a utilização dos bens, resguardá-los e dar-lhes destinação específica quando em disponibilidade.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.15) Instituir critérios para atendimento dos alunos das zonas rurais e insulares quanto à segurança e propriedade em relação à idade, percurso e às demais normas de segurança de trânsito terrestre e naval e aplicá-los no prazo máximo de 3 anos.	Concluída	Sim	
2.16) Viabilizar a instalação de vias de comunicação, tais como telefone e acesso à internet, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3 anos, após a publicação desse plano.	Concluída	Sim	
2.17) Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação	Concluída	Sim	

escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.			
2.18) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a resolução do PNAE em vigor, para atendimento aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando, quando necessário, os recursos repassados pela União e / ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.	Concluída	Sim	
2.19) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei nº 11.738/2008 para trabalho pedagógico especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

2.20) Garantir um professor com formação superior em Pedagogia e/ou licenciatura na área de educação com pós-graduação em gestão escolar, para atuar na função de Coordenador Pedagógico em cada Unidade Escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.21) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3 (três) anos, promovendo a estrutura física de cada unidade.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.22) Monitorar, trimestralmente e/ou segundo a legislação vigente, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental.	Concluído	Sim	
2.23) Intensificar o acompanhamento e monitoramento da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos beneficiários dos programas de transferência de renda.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.24) Promover ações para o combate às situações de discriminação, preconceitos e violência nas escolas, em colaboração com as famílias e órgãos de assistência	Concluída	Sim	

social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.			
2.25) Fortalecer a parceria família-escola no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, visando a otimização de resultados do processo.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.26) Promover atividades para o desenvolvimento de habilidades esportivas e culturais, incentivando a participação dos alunos nos programas e competições de âmbito municipal, estadual e nacional.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 3	**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
3.1) Oferecer cursos que atendam as demandas e carências profissionais do município em todas as escolas que oferecem o Ensino Médio.	Não se aplica		
3.2) Garantir ampla divulgação dos cursos (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) oferecidos pelo CEM/CES.	Em desenvolvimento, para fundamental II	Parcialmente	

3.3) Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI, SENAC, etc.) e empresas que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, principalmente nas áreas de turismo e meio ambiente.	Concluído	Sim	
3.4) Disponibilizar o espaço das escolas municipais para estagiários(as) do curso de formação de professor (Ensino Normal) no 3° ano do curso, para melhoria da qualidade de ensino e maior integração do aluno com a realidade das propostas pedagógicas do município.	Concluído	Sim	
3.5) Disponibilizar o acesso a bens e espaços culturais, bem como incentivar a prática desportiva integrada ao currículo escolar.	Concluído	Sim	
3.6) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e da evasão na rede municipal, garantindo o fluxo regular de nove anos no Ensino Fundamental.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

3.7) Acompanhar e monitorar, mensalmente, o acesso e a permanência dos alunos de 15 a 17 anos, inclusive os beneficiários de Programas de Transferência de Renda, bem como promover uma constante busca ativa da população nesta faixa etária em parceria com as famílias e órgãos / instituições afins.	Em desenvolvimento	Sim	
3.8) Estimular a participação dos jovens e adolescentes nos cursos das áreas tecnológica e científica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 4	**Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Análise**
4.1) Reestruturar as escolas, respeitando as normas de acessibilidade, e adquirir equipamentos para garantir a melhoria da rede física das escolas de educação básica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.2) Garantir a organização das escolas com condições necessárias para uma educação de qualidade aos alunos com deficiência.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

4.3) Reavaliar anualmente e quando necessário os equipamentos, materiais e profissionais da Unidade Escolar de Educação Especial com o objetivo de atender com qualidade os alunos matriculados na modalidade Substitutiva.	Em desenvolvimento	Sim	
4.4) Garantir a aquisição de materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades dos alunos matriculados na Unidade Escolar de Educação Especial – Modalidade Substitutiva.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.5) Adaptar, dentro das possibilidades, as atuais unidades escolares aos padrões de qualidade de atendimento listados em tela, assim como estabelecê-los como condição para autorização de funcionamento às escolas privadas e públicas, estabelecendo prazo de 5 anos para adequação após a publicação desse plano.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.6) Garantir, no prazo de 1 ano, transporte adequado de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO a alunos com deficiência.	Concluída	Sim	
4.7)Promover flexibilizações curriculares, orientações, procedimentos e estratégias	Sempre em desenvolvimento	Sim	

para elaborar planos de desenvolvimento individual que permitam satisfazer adequadamente os principais tipos de necessidades específicas dos alunos.			
4.8) Garantir a permanência de professores para atuação na Educação Especial, visando à continuidade do trabalho pedagógico.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.9) Atender às necessidades de materiais específicos para alunos com surdez, baixa visão e deficiências de mobilidade, tais como computadores adaptados, livros, material de construção da linguagem Braille e softwares específicos, no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da implantação do plano.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.10) Respeitar limite máximo de 3 (três) alunos com deficiência em classe regular, garantindo que, nas turmas onde forem alocados, seja feita avaliação pela equipe multidisciplinar e coordenação de educação inclusiva da SME sobre a necessidade de lotação de um professor mediador de acordo com cada deficiência.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.11)Garantir o atendimento aos alunos com deficiência em Sala de Recursos	Concluído	Sim	

Multifuncionais, bem como professor para o atendimento especializado.			
4.12) Garantir formação continuada para professores, visando ao Atendimento Educacional Especializado, e para os demais profissionais da educação escolar.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
4.13) Garantir o cumprimento da Resolução nº 4 /CNE de 2 de outubro de 2009 art. 12, onde há exigência do profissional com formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação específica para o atendimento educacional especializado em Educação Especial nas Salas de Recursos.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.14) Garantir instrutor, tradutor/intérprete de LIBRAS e guia-intérprete de acordo com as especificidades dos alunos da educação especial, assim como a adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.15) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento	Concluída	Sim	

educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.			
4.16) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Concluída	Sim	
4.17) Estimular a criação de um centro multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, articulado com instituições acadêmicas e integrado por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores(as) da	Concluída	Sim	

educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.			

Meta 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
5.1) Garantir a atualização da Proposta Curricular Municipal através da constante avaliação da mesma com base nas orientações das Diretrizes Curriculares nacionais e estaduais.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
5.2) Garantir a permanência de professores para atuação no Ciclo de Alfabetização, preferencialmente acompanhando a turma do 1º ao 3º ano, visando à continuidade do trabalho pedagógico.	Não Concluída	Não	
5.3) Garantir a todos os alunos do Ciclo de Alfabetização material didático necessário à prática pedagógica.	Concluída	Sim	
5.4) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados que atendam às funções primordiais do	Concluída	Sim	

trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo de 3(três) anos, segundo as especificidades de cada unidade."			
5.5) Garantir a utilização de 2 (dois) professores em turmas de Ciclo de Alfabetização (1° ao 3° ano) do Ensino Fundamental como mecanismo de melhoria da qualidade de ensino, considerando o baixo rendimento e parecer avaliativo da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Não iniciada	Não	
5.6) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei nº 11.738/2008 para trabalho pedagógico, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar	Em desenvolvimento	Parcialmente	
5.7) Garantir um professor, preferencialmente com formação superior em Pedagogia, para atuar na função de Coordenador Pedagógico.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
5.8) Garantir formação continuada em alfabetização para professores do ciclo e coordenador pedagógico.	Sempre em desenvolvimento	Sim	

5.9) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, utilizando, para tal, recursos financeiros dos programas federais e próprios municipais.	Em desenvolvimento	Sim	
5.10) Garantir a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Sempre em desenvolvimento	Sim	

Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% os dos(as) alunos(as) da educação básica.		
Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação
6.1) Ampliar o atendimento na rede pública com a aquisição e/ou construção de prédios próprios com padrões arquitetônicos, mobiliários, materiais e equipamentos didáticos acessíveis, atendendo às especificidades das etapas, modalidades e diversidades, tendo em vista a implementação e consolidação das Escolas em Tempo Integral.	Não Iniciada	Não	

6.2) Garantir a melhoria do processo pedagógico ampliando a jornada escolar municipal com o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, esportivas, psicomotoras, de lazer, que envolvam a preservação ambiental, o incentivo à saúde, a afirmação e reflexão dos direitos humanos, o acompanhamento pedagógico e o aprimoramento da aprendizagem, reorganizando o tempo e os espaços escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
6.3) Ampliar 45% (quarenta e cinco por cento) do atendimento em tempo integral nas unidades escolares de campo.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
6.4)Estender progressivamente o horário integral, a partir da demanda criada ou adquirida após a aprovação do plano ou em atendimento à solicitação da comunidade, na ordem de 10% (dez por cento) da rede em diferentes distritos, iniciando-se pelos anos iniciais.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
6.5) Garantir aos alunos em horário integral (9h para os CEIMs) 5 (cinco) refeições diárias (desjejum, colação, almoço, lanche e jantar); aos alunos em horário integral (7h) 4 (quatro) refeições diárias (desjejum, colação, almoço e lanche); aos alunos com horário parcial 2	Concluída	Sim	

(duas) refeições diárias (desjejum, almoço ou jantar).			
6.6) Manter a oferta de horário integral nos CEIMs e estender o atendimento nas unidades de pré-escola em 20% (vinte por cento).	Concluída	Sim	
6.7) Garantir que, dentro da carga horária de planejamento, seja discutida e aprofundada a gestão de conhecimento apropriado para esta modalidade de ensino, assim como a formação continuada para professores, coordenadores e diretores.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
6.8) Incentivar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, dentro e fora do município.	Sempre em desenvolvimento.	Sim	

Meta 7	**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir os índices de 6,0 em 2021 nos anos iniciais do ensino fundamental e 5,5 em 2021 nos anos finais do ensino fundamental.**

Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação
7.1) Garantir transporte público e gratuito para os alunos da rede municipal, dentro dos limites do Município, suplementando, quando necessário, os repasses de verba da União e/ou Estado.	Concluída	Sim	
7.2) Estabelecer a quantidade máxima de alunos por turma, de acordo com as normas do Plano Nacional de Educação, obedecida a relação espaço/lotação das salas de aula.	Concluída	Sim	
7.3) Garantir a atualização da Proposta Curricular Municipal através da constante avaliação da mesma com base nas orientações das Diretrizes Curriculares dos níveis federal e estadual e resguardando as peculiaridades locais e o trabalho sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos termos das Leis 10.639/03 e 11.645/08.	Concluída	Sim	
7.4) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e a evasão na rede municipal.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.5) Instituir Fórum de Educação Básica com objetivo de divulgar e fortalecer a	Em desenvolvimento	Sim	

Educação Básica, contribuindo assim para a qualidade do ensino.			
7.6) Convocar, a cada 3 (três) anos, após a implantação do plano, Colegiado de Educação Básica com a intenção de referendar documento base da proposta curricular do município, examinando os resultados alcançados nas avaliações internas e externas e na evolução do desenvolvimento da região.	Concluída	Sim	
7.7) Criar, no 1° (primeiro) ano de vigência deste plano, comissão multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação que estabeleça critérios de avaliação do desempenho das unidades escolares, no final de cada ano letivo. As instituições deverão receber apoio técnico e pedagógico sempre que não se aproximarem de suas metas.	Não Iniciada	Não	
7.8) Traçar ações a partir dos resultados alcançados nas avaliações internas e externas, índices de evasão e repetência, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, buscando garantir a equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME.	Sempre em desenvolvimento	Sim	

as diferenças médias dos índices municipais			
7.9) Instituir ação intersetorial coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer que leve à construção de um plano de atendimento ao educando quanto à atenção primária à saúde e à educação para saúde, criando políticas de combate à violência, promovendo a cultura de paz, respeito e convivência em sociedade.	Concluída	Sim	
7.10) Garantir a participação dos professores regentes, através da criação dos colegiados pedagógicos, na avaliação e construção das propostas do Ensino Fundamental.	Concluída	Sim	
7.11) Garantir que a Secretaria de Educação mantenha equipes de apoio pedagógico, de supervisão, de orientação e de educação inclusiva para melhoria na qualidade da educação e na articulação entre os outros entes federados, as instituições e as unidades escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.12) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as	Em desenvolvimento	Parcialmente	

unidades escolares, no prazo máximo de 3 (três) anos.			
7.13) Assegurar que: a) no sétimo ano de vigência deste PME, pelo menos setenta por cento dos(as) alunos(as) do ensino fundamental de do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e cinquenta por cento, pelos menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste PME, todos(as) os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável.	Não concluída Em desenvolvimento	Não Parcialmente	a) Não foi possível alcançar a estratégia na época devido o retorno pós pandemia da COVID-19.
7.14) Implantar, até o sétimo ano de vigência do PME, um sistema de avaliação institucional que contemple o perfil docente e discente, condições de infraestrutura, recursos pedagógicos e tecnológicos e características da gestão,	Iniciada	Parcialmente	

resultando na elaboração de planejamento estratégico, visando a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais de educação, o desempenho dos alunos e o aprimoramento da gestão democrática.			
7.15) Implementar instrumentos de avaliação e acompanhamento da qualidade da educação especial, inclusive da educação bilíngue para surdos.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.16) Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas e tecnológicas.	Em desenvolvimento	Sim	
7.17) Ampliar, até o sétimo ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede municipal de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	Não iniciada	Não	
7.18) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a	Concluída	Sim	

resolução do PNAE em vigor, para atendimento aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando, quando necessário, os recursos repassados pela União e/ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.			
7.19) Otimizar o uso de espaços públicos, em parceria intersetorial para que as unidades escolares possam usufruir de áreas de lazer, quadras esportivas e tele-infos.	Em desenvolvimento	Sim	
7.20) Garantir atendimento adequado em espaços com acessibilidade aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.21) Adquirir, em regime de colaboração e captação de recursos, equipamentos que contribuam para o desenvolvimento do processo educacional, de modo a manter a equidade entre as unidades escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.22) Criar parcerias com órgãos públicos e privados para a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização no ambiente escolar, e a implementação de, no mínimo, uma unidade escolar por distrito com uma	Em desenvolvimento	Parcialmente	Até a finalização do plano não houve previsão de criação do cargo de bibliotecário no quadro de servidores efetivos

biblioteca até o final de vigência do plano, assim como a criação do cargo de bibliotecário no quadro da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.			
7.23) Implementar, até o final de vigência do plano, a informatização da rede municipal de educação, assegurando a formação inicial e continuada dos profissionais da área técnica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.24) Aprimorar as ações do Departamento de Assistência ao Educando – DAIE para garantir atendimento aos adolescentes e jovens em regime de liberdade assistida, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Em desenvolvimento	Sim	
7.25) Garantir que a proposta pedagógica das escolas de campo e quilombolas perpassem pela preservação e valorização de sua identidade cultural.	Concluída	Sim	

Meta 8	**Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**

8.1) Aderir a programas e desenvolver projetos para correção de fluxo para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	Concluída	Sim	
8.2) Garantir a adaptação das propostas curriculares para regiões rurais, atendendo suas especificidades.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.3) Implementar as ações da Diretoria de Assistência Integral ao Educando – DAIE, promovendo trabalho em rede com as demais secretarias do município e outros órgãos, o acompanhamento e ao monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e evasão, e incentivar e acompanhar a frequência e apoio à aprendizagem , de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública de ensino.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.4) Assegurar a todos os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e das modalidades Educação de	Concluída	Sim	

Jovens e Adultos e Educação Especial material didático necessário à prática pedagógica através dos programas federais e com suprimento próprio, nos casos necessários.			
8.5) Desenvolver projetos de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.6) Facilitar o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio, através de campanhas e palestras.	Iniciada	Parcialmente	
8.7) Fomentar a oferta gratuita através de parceria de educação profissional técnica por parte de entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados	Não iniciada	Não	
8.8) Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria	Não iniciada	Não	

com as demais secretarias, o trabalho em rede e outros órgãos.			

Meta 9	Elevar progressivamente a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
9.1) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e a evasão na rede municipal, garantindo o fluxo regular de nove anos do Ensino Fundamental.	Concluída	Sim	
9.2) Estabelecer, de acordo com as características das unidades escolares, metas de redução das taxas de repetência e evasão nos 9 (nove) anos de Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	
9.3) Estabelecer metas que permitam uma redução, em 10(dez) anos, de 50% (cinquenta por cento) das taxas de repetência e de evasão. Tais metas e taxas devem ser registradas nos projetos pedagógicos das unidades escolares.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
9.4) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do	Não concluída	Não	

trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3(três) anos.			
9.5) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
9.6) Promover busca ativa entre a população de jovens e adultos para identificar a demanda por vagas na Educação de Jovens e Adultos, incluindo a realização de chamadas públicas regulares e a colaboração entre as diferentes Secretarias Municipais e organizações da sociedade civil.	Em desenvolvimento	Sim	
9.7) Implementar ações para a alfabetização de jovens e adultos, com a garantia da oferta para a continuidade da escolarização básica.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
9.8) Promover avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos.	Não iniciada	Não	

9.9) Executar ações de atendimento aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde e o apoio de programas do governo federal.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
9.10) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, a atenção aos idosos, com vistas à promoção das ações de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	Não Iniciada	Não	

Meta 10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio , na forma integrada à educação profissional.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
10.1 Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI.SENAC ETC) e empresas	Em desenvolvimento	Parcialmente	

que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, incluindo as pessoas com deficiência, principalmente nas áreas de turismo e meio ambiente, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades quilombolas , inclusive na modalidade a distância.			
10.2)Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada dos trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.3)Aderir a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	Não iniciada	Não	
10.4)Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a	Em desenvolvimento	Parcialmente	

preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos e alunas.			
10.5)Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.6)Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Não iniciada	Não	
10.7)Aderir à programas nacionais de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social , financeira e de	Não iniciada	Não	

apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.			
10.8)Incentivar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional de modo a atender às pessoas advindas dos estabelecimentos penais em regime de colaboração.	Não iniciada	Não	
10.9) Fomentar parcerias para implementação de mecanismos para reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 11	**Oferecer, através de convênios matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e a expansão no segmento público.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
1.11) Garantir, em parceria com o sistema estadual, a informação encaminhamento, através da SME, da demanda de vagas no Ensino Médio presencial, assim como estabelecer, dentro das possibilidades de	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	

recursos, parceria para transporte de alunos dentro do município, incluindo as populações do campo, ilhas e comunidades quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.			
11.2) Incentivar, junto aos órgãos estaduais e federais, a ampliação da rede de atendimento ao Ensino Médio e a implantação de uma escola de ensino médio profissional.	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	
11.3) Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI, SENAC, etc.) e empresas que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, principalmente nas áreas de turismo e meio ambiente.	Não iniciada	Não	
11.4) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública, gratuita e de qualidade.	Não iniciada	Não	

11.5) Fomentar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
11.6) Fomentar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.	Não iniciada	Não	
11.7) Estimular a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Não iniciada	Não	
11.8) Buscar parcerias e convênios pra bolsa com percentual de desconto de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior.	Não iniciada	Não	

11.9) Acompanhar e fomentar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.	Não iniciada	Não	
11.10) Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Não iniciada	Não	
11.11) Fomentar a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei	Não iniciada	Não	
11.12) Conhecer sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.	Não iniciada	Não	

Meta 12	**Incentivar a matrícula da Educação Superior, buscando convênios e parcerias, visando a implantação de instituições de ensino ou garantindo o acesso do aluno a estas instituições através de transporte.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**

12.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber, para desenvolvimento de cursos à distância com o objetivo de atender à demanda de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
12.2) Garantir transporte gratuito e de qualidade, atendendo às exigências do INMETRO, para todos(as) os(as) estudantes da educação superior.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
12.3) Verificar e avaliar a demanda, para que, nos próximos 7 (sete) anos, a partir da publicação deste plano, seja implantado um Polo Universitário.	Em desenvolvimento	Sim	
12.4) Estabelecer convênios com instituições de ensino superior através de compartilhamento de prédios da rede municipal de ensino.	Em desenvolvimento	Não concluída	
12.5) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao défice de profissionais em áreas	Sempre em desenvolvimento	Não	

específicas, através de parcerias com instituições de ensino superior.			
12.6) Fomentar através de parcerias com instituições privadas políticas de inclusão e de assistência estudantil, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.	Não iniciada	Não	
12.7) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
12.8) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.	Não iniciada	Não	
12.9) Aderir programas para consolidar e ampliar ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação	Não iniciada	Não	

12.10) Fomentar atendimento específico a populações do campo e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.	Em desenvolvimento	Não	
12.11) Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.	Não iniciada	Não	

Meta 13	Incentivar a elevação da qualidade da Educação Superior através da divulgação de cursos de mestrado e doutorado.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
13.1) Divulgar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.	Não iniciada	Não	
13.2)Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a	Não iniciada	Não	

atuação regional, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.			

Meta 14	Incentivar a matrícula na pós-graduação stricto sensu, buscando parcerias com instituições de ensino.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
14.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com objetivo de atender à demanda de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
14.2) Ofertar transporte gratuito e de qualidade e com acessibilidade, atendendo às exigências do INMETRO para estudantes de pós-graduação stricto sensu, de acordo com itinerário existente e disponibilidade de vagas.	Não iniciada	Não	
14.3) Buscar parcerias para implantação de um Pólo Universitário em Mangaratiba.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
14.4) Divulgar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, inclusive de educação a distância.	Em desenvolvimento	Sim	

14.5) Incentivar o acesso a programas de mestrado e doutorado, reduzindo as desigualdades étnico-raciais e regionais.	Não iniciada	Não	
14.6) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de engenharia, matemática, física, química, informática e outros no campo das ciências.	Não iniciada	Não	
14.7) Divulgar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalidade da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	Não iniciada	Não	

Meta 15	**Aderir a política nacional de formação dos profissionais da educação, incentivando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
15.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior , de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de docentes e	Em desenvolvimento	Sim	

profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.			
15.2) Garantir formação continuada para professores, visando ao Atendimento Educacional Especializado, e para os demais profissionais da educação escolar.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.3) Garantir o cumprimento da Resolução nº 4/CNE, de 2 de outubro de 2009, art.12, onde há exigência do profissional com formação que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.	Não iniciada	Não	
15.4) Divulgar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES).	Não iniciada	Não	
15.5)Divulgar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em curso de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.	Não iniciada	Não	
15.6)Aderir programas específicos para formação de profissionais da educação	Sempre em desenvolvimento	Sim	

para as escolas do campo e de comunidades quilombolas.			
15.7) Proporcionar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.8) Divulgar cursos e programas especiais de formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, incentivando a matrícula de docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.9)Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.10) Aderir a programas federais e garantir formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Não iniciada	Não	

15.11) Divulgar programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.	Não iniciada	Não	

Meta 16	**Incentivar a formação em nível de pós-graduação os professores da educação básica e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
16.1)Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
16.2) Garantir licença remunerada ou diminuição de cinquenta por cento da carga horária total para o profissional de da educação escolar básica realizar formação de mestrado e doutorado em educação e áreas afins, conforme critérios estabelecidos em legislação.	Não iniciada	Não	

16.3) Aderir a programas de composição de acervo de obras didáticas. paradidáticas, de literatura e de dicionários, e programas específicos de acesso em Libras e em Braille a serem disponibilizados para professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e valorização da cultura da investigação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
16.4) Buscar parceria para a oferta de boisas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica, através de convênios com instituição de ensino superior.	Não iniciada	Não	
16.5) Incentivar o fortalecimento da formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 17	Valorizar os(as) profissionais das rede pública de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (das) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência do PME.		
Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação
17.1) Constituir como tarefa do Fórum Municipal de Educação o acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica.	Não iniciada	Não	
17.2)Adequar o Plano de Cargos, Carreira e Salários para os (as) profissionais do magistério , observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	Não iniciada	Não	
17.3)Acompanhar a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 18	Atualizar o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos profissionais da educação da rede municipal de Mangaratiba, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.		
Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação

18.1) Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Concluída	Sim	
18.2) Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada e com ciência do funcionário avaliado, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;	Sempre em desenvolvimento	Sim	
18.3) Prever, nos planos de cargos, carreira e salário dos profissionais da	Não iniciada	Não	

educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional.			
18.4)Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.	Não iniciada	Não	
18.5) Garantir, sempre que necessário, a revisão e atualização do Plano de Cargos, Carreira e Salário dos profissionais da Educação, através de comissão de representantes dos diversos profissionais de educação.	Em desenvolvimento	Sim	
18.6) Garantir concurso de remoção na rede municipal de ensino, anualmente e através de edital, para todos os profissionais da educação estáveis, desde que tenham permanência mínima de dois anos na unidade escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
18.7)Instituir critérios de qualificação mínimos para docentes, nos casos de contratação provisória para suprimento de cargos, de acordo com a legislação vigente.	Concluída	Sim	
18.8) Garantir em um prazo de 90 dias para o efetivo enquadramento por formação dos professores e funcionários da Educação que derem entrada no	Concluída	Sim	

processo de enquadramento por formação, em acordo com o Plano de Cargos, Carreira e salário do professor e do funcionalismo, após comprovação de autenticidade de diploma pela instituição expedidora.			
18.9) Garantir 1 (um) terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei 11738/08, para trabalho pedagógico na unidade escolar, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 19	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
19.1) Garantir, a todas as unidades escolares, autonomia para a construção de seu projeto pedagógico, observados os documentos legais das esferas federal, estadual e municipal, inclusive este plano e as propostas curriculares municipais.	Concluída	Sim	
19.2) Apresentar à Secretaria Municipal de Educação o Projeto Político Pedagógico da escola, anualmente, no	Concluída	Sim	

prazo máximo de 2 (dois) meses após o início do ano letivo.			
19.3)Registrar, no projeto pedagógico os indicadores, as metas e as ações de responsabilidade de gestores, docentes e da comunidade.	Concluída	Sim	
19.4) Estabelecer a revisão dos projetos pedagógicos, na sua íntegra, anualmente com a participação dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.5) Elaborar o Regimento Interno da Unidade Escolar com a participação do Conselho Escolar e considerando suas particularidades, tendo como base o Regimento Básico Municipal.	Concluído	Sim	
19.6)Revisar e atualizar, a cada 5 (cinco) anos, o regimento interno das escolas públicas municipais em função da nova realidade de gestão educacional, com a participação dos Conselhos Escolares, e submetê-lo a fórum.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.7) Garantir, no corpo do regimento, espaço para representatividade estudantil nos modelos de grêmios ou colegiados estudantis.	Não iniciada	Não	

19.8) Incentivar debates, nas unidades de ensino, promovidos pelos Conselhos Escolares e auxiliados pela Secretaria Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação a partir da demanda da unidade escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.9) Garantir que, a partir da publicação desse plano, as unidades escolares publiquem seus balancetes, que deverão ser fixados em locais de grande vinculação, assim como nos sítios eletrônicos oficiais da Secretaria Municipal de Educação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.10)Oferecer formação continuada aos gestores com vistas à otimização de ações de gestão de pessoas, gestão de recursos e gestão de ensino-aprendizagem, através de convênios ou pelos técnicos da SME.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
19.11)Estabelecer Plano de Gestão de acordo com as prioridades e necessidades de cada unidade, concomitante com a Gestão Municipal. a)Os planos de gestão deverão ser construídos de acordo com os princípios de gestão democrática tendo a participação efetiva dos Conselhos Escolares	Em desenvolvimento Em desenvolvimento	Parcialmente	

b)Caberá aos Conselhos Escolares avaliar anualmente os planos de gestão e relatar parecer avaliativo quanto ao desenvolvimento e/ou evolução do diretor escolar nas ações propostas ao final do período letivo. c)Garantir, aos gestores das unidades, formação continuada com noções administrativa, pedagógica e financeira que permita a construção e gestão de planos de trabalho. d)Instituir, na Secretaria Municipal de Educação, comissão responsável pelo monitoramento dos planos de gestão, tendo representação pedagógica, normativa, de infraestrutura e financeira e do Conselho Municipal de Educação.	Não iniciada Sempre em desenvolvimento Em desenvolvimento	Sim Não	

19.12)Garantir ao Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar – CAE e Conselho Municipal de Educação – CME sede própria com espaço físico adequado para as reuniões, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar e recursos de diárias para participação em fóruns/cursos fora do município, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Concluída	Sim	
19.13)Reconhecer que o Conselho Municipal de Educação, como órgão colegiado, tenha responsabilidade no monitoramento da gestão municipal quanto ao processo orçamentário/financeiro, desde a previsão da receita até a execução da despesa.	Não iniciada	Não	
19.14)Garantir capacitação anual, a partir da publicação deste plano, aos integrantes do Conselho Municipal de Educação - CME, do Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, gestores de recursos e membros dos conselhos escolares nas áreas administrativas, financeira contábil	Não iniciada	Não	

e jurídica para que tenham melhores condições de exercer as funções de acompanhamento e controle dos recursos públicos destinados à educação municipal.			
19.15) Assegurar o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação – CME, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, garantindo-se condições de funcionamento autônomo.	Em desenvolvimento	Sim	
19.16) Realizar a cada 2 (dois) anos Conferências Municipais de Educação com objetivo de monitoramento e atualização deste Plano Municipal de Educação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.17) Estabelecer e divulgar critérios técnicos, de mérito e desempenho para a nomeação de diretores de escola e que a escolha dos dirigentes escolares seja validada por meio de consulta à comunidade escolar em assembleia com quórum mínimo e com a presença dos quatro (4) segmentos: professores, alunos, funcionários da Educação e pais de aluno. E que os critérios sobre a escolha do	Em desenvolvimento	Parcialmente	

diretor seja definido pela comunidade escolar e divulgado pela SME no prazo de seis meses.			
19.18) Garantir que a nomeação/exoneração do diretor seja pautada também na aprovação da comunidade escolar.	Não iniciada	Não	
19.19) Garantir avaliação, a cada dois anos, do desempenho do diretor escolar.	Iniciada	Parcialmente	
19.20)Estimular, na rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 20	**Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5° (quinto) ano de vigência da Lei do PME e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
20.1) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na	Em desenvolvimento	Sim	

utilização dos recursos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a ampliação da divulgação dos portais de transparência.			
20.2) Garantir que os recursos vinculados constitucionalmente sejam aplicados, de acordo com sua finalidade, para a manutenção e desenvolvimento do ensino municipal.	Concluída	Sim	
20.3) Vincular recursos a serem investidos na capacitação dos Profissionais da Educação. a)Capacitação de Profissionais de Educação em novas tecnologias para adequar a metodologia de ensino à realidade tecnológica atual; b)Permitir a capacitação de Profissionais da Educação, através da busca de parcerias com instituições públicas e sociedade civil, de modo que se possam captar recursos para formação para o mercado de trabalho da população, preferencialmente voltados para o turismo e meio ambiente, já que são áreas de destaque no município. c)Permitir que a capacitação de Profissionais da Educação tenha condições de ser executada com	 Em desenvolvimento Em desenvolvimento	 Parcialmente Parcialmente	

infraestrutura rodoviária através do Poder Executivo, após análise da SME. d)Oferecer formação continuada aos integrantes da Secretaria Municipal de Educação, através de convênios e/ou cursos de atualização em instituições de notório saber, garantindo que os técnicos mantenham situação de competência e atualidade na orientação e execução do acompanhamento das unidades escolares.	Em desenvolvimento Sempre em desenvolvimento		
20.4) Garantir que, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação deste PME, seja inserida uma planilha orçamentária detalhada com as ações a serem executadas constantes na Lei Orçamentária Municipal.	Não iniciada	Não	

20.5)Acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
20.6) Planejar e aperfeiçoar o atendimento, baseado na implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.	Sempre em desenvolvimento	Sim	

No Quadro 2, podemos visualizar o status das estratégias em sua totalidade.

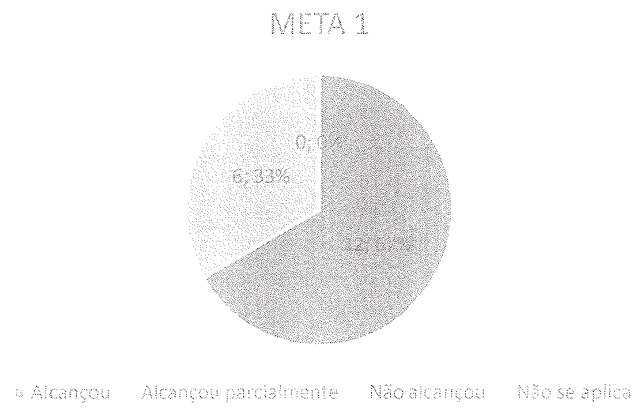
Quadro 2: Demonstrativo do *Status* das Estratégias.

Classificação	Quantidade	Percentual
Alcançadas	101	44,9%
Alcançadas parcialmente	59	26,2%
Não alcançadas	62	27,6%
Não se aplica	3	1,3%
Total	225	100%

Fonte: Elaborado pela relatora (2026).

3- Gráficos das metas

Abaixo apresentamos o gráfico com o *status* das estratégias em cada meta do Plano.



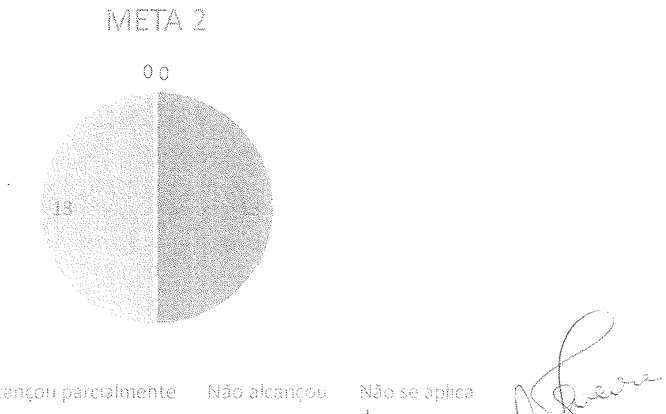


Gráfico 1 – Status das estratégias da Meta 1

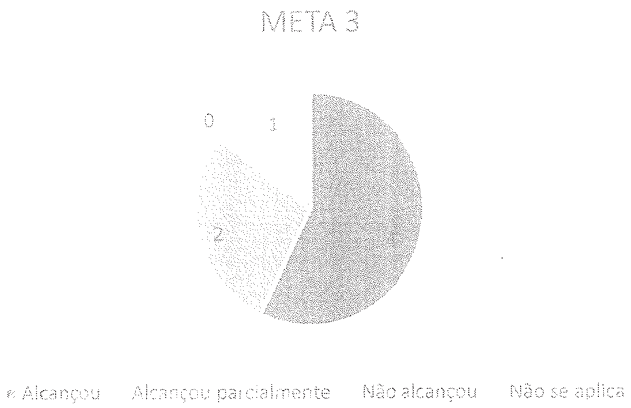


Gráfico 2 – Status das estratégias da Meta 2

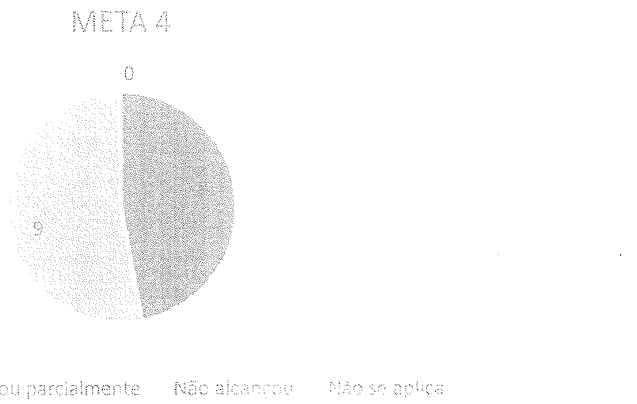


Gráfico 3 – Status das estratégias da Meta 3

Gráfico 4 – Status das estratégias da Meta 4

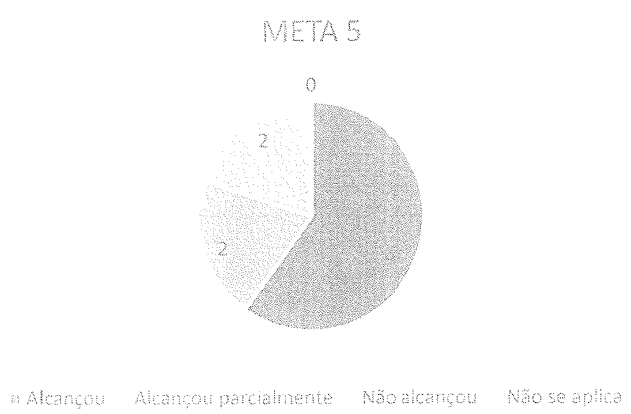


Gráfico 5 – Status das estratégias da Meta 5

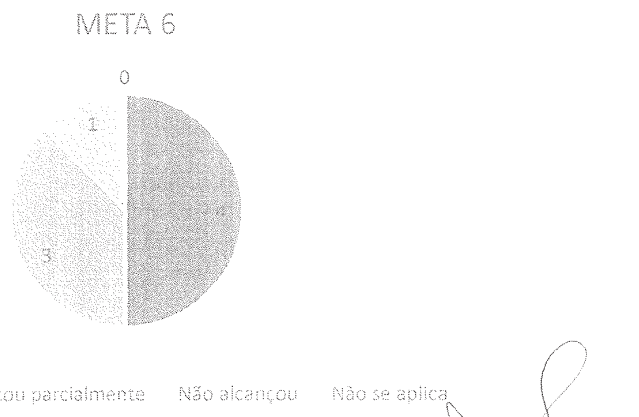


Gráfico 6 – Status das estratégias da Meta 6

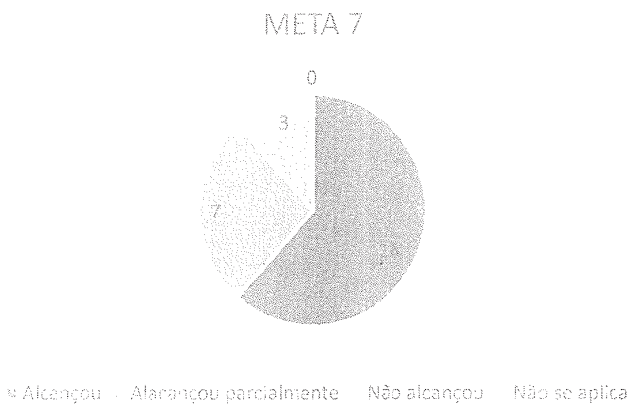


Gráfico 7 – Status das estratégias da Meta 7

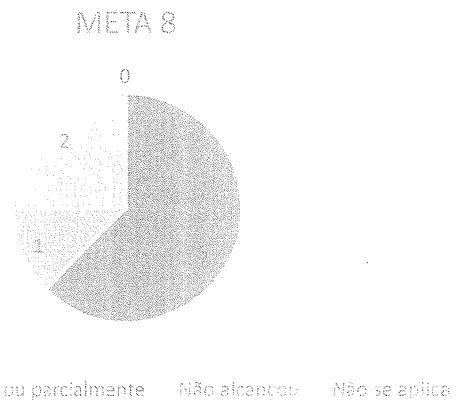


Gráfico 8 – Status das estratégias da Meta 8

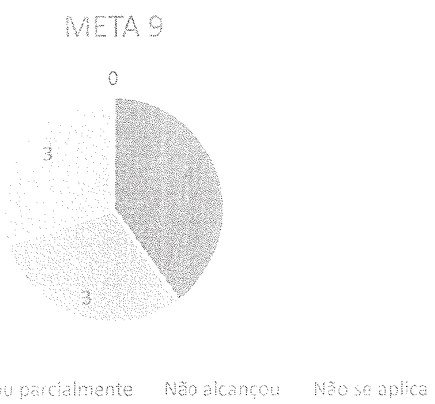


Gráfico 9 – Status das estratégias da Meta 9

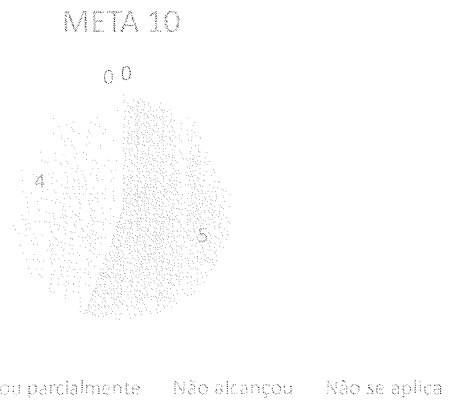


Gráfico 10 – Status das estratégias da Meta 10

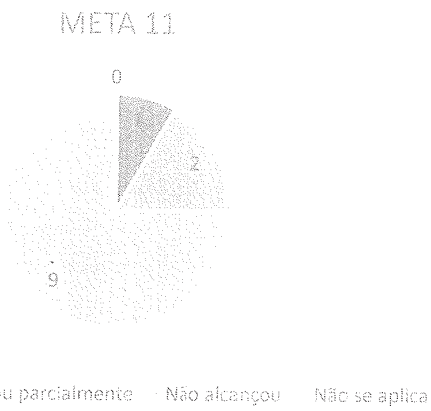


Gráfico 11 – Status das estratégias da Meta 11

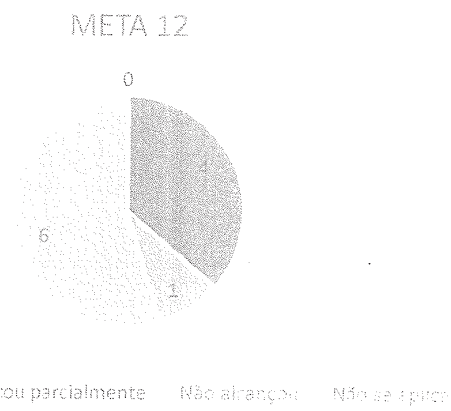


Gráfico 12 – Status das estratégias da Meta 12

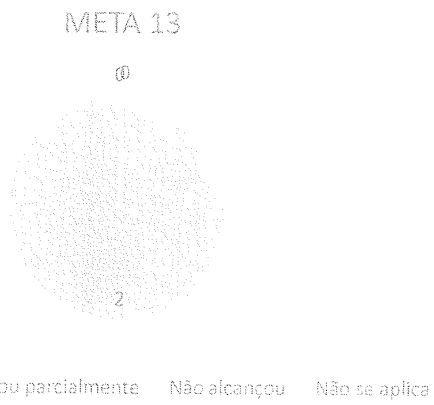


Gráfico 13 – Status das estratégias da Meta 13

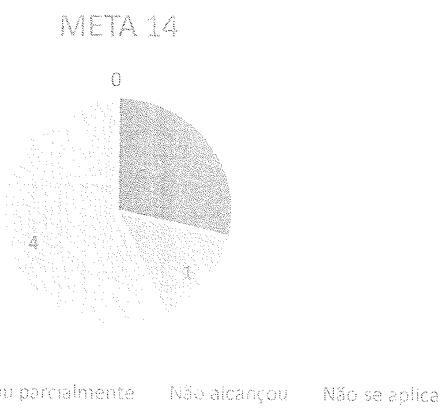


Gráfico 14 – Status das estratégias da Meta 14

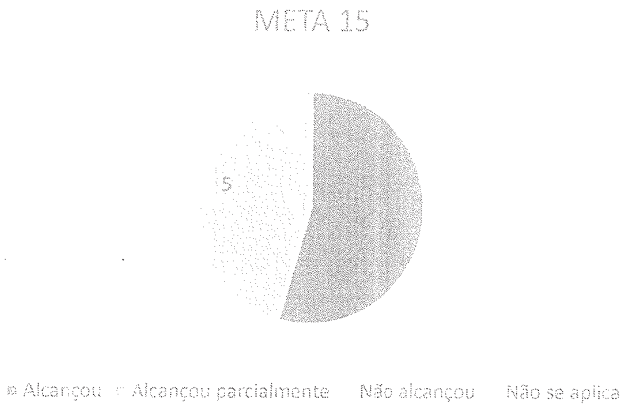


Gráfico 15 – Status das estratégias da Meta 15

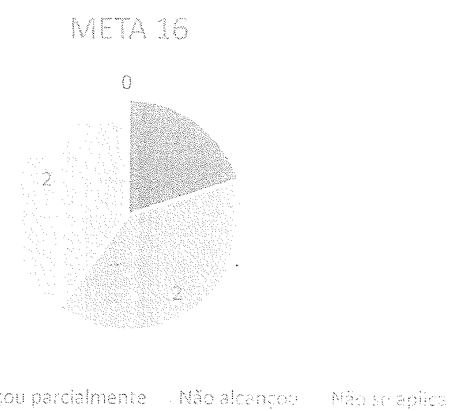


Gráfico 16 – Status das estratégias da Meta 16

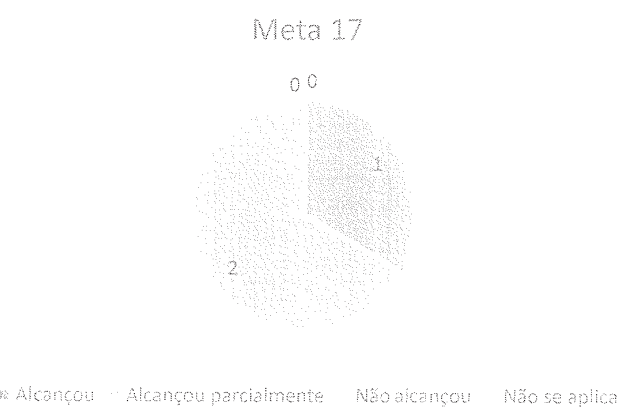


Gráfico 17– Status das estratégias da Meta 17

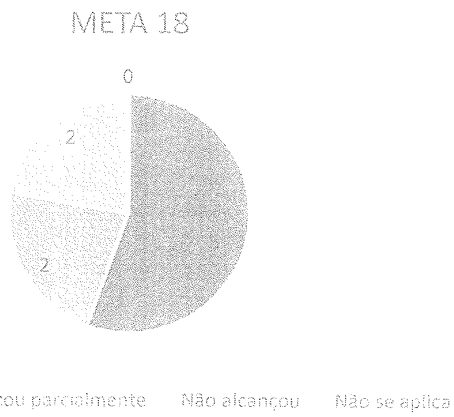
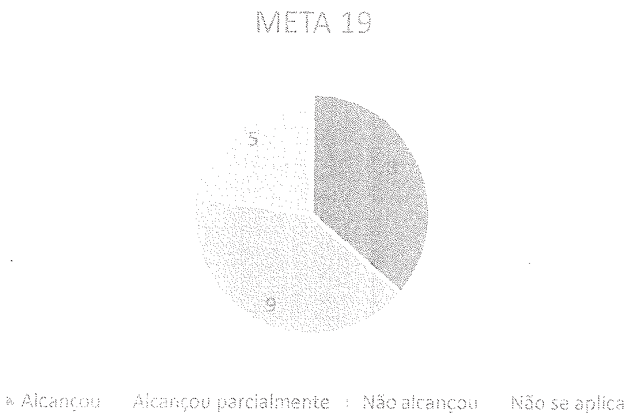


Gráfico 18 – Status das estratégias da Meta 18



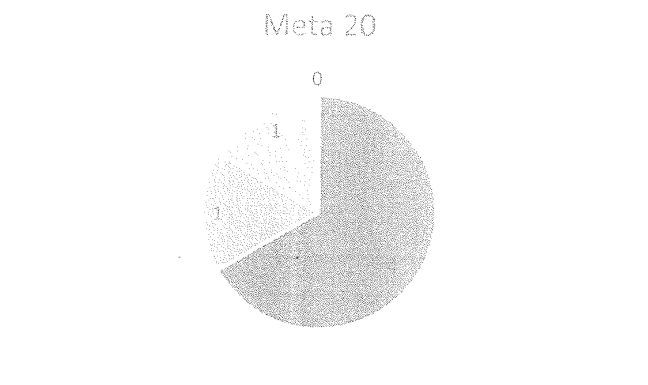


Gráfico 19 – Status das estratégias da Meta 19

Gráfico 20 – Status das estratégias da Meta 20

O Plano Municipal de Educação de Mangaratiba — PME, aprovado em 2015 e atualizado e readequado por meio das Notas Técnicas aprovadas em 2021, teve sua vigência encerrada ao final de 2025. Suas metas e estratégias foram monitoradas e avaliadas pelo colegiado do Conselho Municipal de Educação, em reuniões extraordinárias, com o objetivo de consolidar os resultados da execução do Plano.

O PME de Mangaratiba é composto por 20 metas e 225 estratégias, destinadas à orientação das políticas educacionais no território municipal, observadas as competências dos diferentes entes e instituições responsáveis pela oferta educacional.

Após a análise realizada pelo Conselho Municipal de Educação, constatou-se que, das 225 estratégias avaliadas, 101 foram alcançadas, correspondendo a 44,9%; 59 foram alcançadas parcialmente, representando 26,2%; 62 não foram alcançadas, equivalentes a 27,6%; e 3 foram classificadas como não aplicáveis, correspondendo a 1,3%.

Considerando-se conjuntamente as estratégias alcançadas e alcançadas parcialmente, verifica-se que 160 estratégias apresentaram algum nível de execução, o que corresponde a 71,1% do total analisado. Permanecem, contudo, 62 estratégias não alcançadas, que deverão ser consideradas na elaboração do próximo Plano Municipal de Educação e no planejamento das políticas públicas educacionais do Município.

4- Conclusão

Com base nos dados analisados, o Conselho Municipal de Educação conclui que o Plano Municipal de Educação de Mangaratiba apresentou avanços importantes ao longo de sua vigência, especialmente nas áreas de acesso à educação, atendimento educacional especializado, transporte escolar, alimentação escolar, formação continuada dos profissionais da educação, acompanhamento da frequência e fortalecimento da rede municipal de ensino.

Apesar dos avanços, permanece um conjunto significativo de estratégias que não foi executado integralmente, especialmente aquelas relacionadas à expansão da infraestrutura escolar, à educação em tempo integral, à educação profissional, à educação superior, à pós-graduação, à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática, à Educação de Jovens e Adultos e ao planejamento e financiamento das políticas educacionais.

Dessa forma, o Conselho Municipal de Educação recomenda o acolhimento do presente Relatório de Monitoramento e Avaliação, com o registro das ressalvas e recomendações nele contidas, para que sirva de subsídio à elaboração, implementação e acompanhamento do próximo Plano Municipal de Educação.

Recomenda-se, ainda, que as estratégias não alcançadas ou alcançadas parcialmente sejam reavaliadas no processo de elaboração do novo Plano, mediante a definição de prioridades, metas, indicadores de acompanhamento, cronogramas de execução, responsáveis e correspondente previsão orçamentária.

Por fim, o presente relatório deverá ser encaminhado aos órgãos competentes e divulgado à comunidade escolar e à sociedade civil, de modo a assegurar a transparência, a participação social e o controle público sobre a formulação, a execução e o acompanhamento das políticas educacionais do Município de Mangaratiba.

Juliana Ferre Martins Suliano
Relatora e Presidente do Conselho de Municipal de Educação

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 014/2026

Secretaria Municipal de Defesa Civil

PROCESSO Nº 14328/2025, PESRP: 020/2026.

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de empresa para a a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens de uso pessoal e humanitário, destinados à composição de conjuntos assistenciais a serem organizados posteriormente pela Administração Pública.
Base Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023.

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. Secretário Municipal de Defesa Civil , Srº Antonio Carlos Aniceto, brasileiro, casado, CPF/MF 878.563.877-34 , doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR por intermédio da Secretaria Municipal de Defesa Civil, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020 /2026, RESOLVE registrar os preços da empresa: **UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 49.054.875/0001-65,** localizada a Rua Yeda, 470- galpão- Tijuca- Teresópolis-RJ, e-mail: unamixcomercio@gmail.com , telefone: 21-99773-1015/ 21-3790-1510, neste ato representada pelo Sr. Leone de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF: 110.200.667-09 indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a Contratação de empresa para a a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens de uso pessoal e humanitário, destinados à composição de conjuntos assistenciais a serem organizados posteriormente pela Administração Pública.**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Escova dental macia Cerdas de nylon macias com pontas arredondadas; cabo anatômico; embalagem lacrada; conformidade com norma técnica aplicável ; lote e validade (quando aplicável).	Unid	300	ESCD	R$ 9,90	R$ 2.970,00
2	Creme dental (90 g) Com flúor; produto cosmético regularizado na ANVISA ; rotulagem com composição/INCI, lote, validade e fabricante; embalagem inviolável.	Unid	300	SORRISO	R$ 5,60	R$ 1.680,00
3	Sabonete neutro (90 g) Cosmético ANVISA ; pH suave; hipoalergênico; rotulagem completa (composição, lote, validade, fabricante); embalagem individual.	Unid	300	SIENE	R$ 4,45	R$ 1.335,00
4	Shampoo neutro (200 ml) Cosmético ANVISA ; pH balanceado; rotulagem completa; tampa com vedação e antiviolação.	Fr	300	PALMOLIVE	R$ 19,60	R$ 5.880,00
5	Desodorante roll-on (50 ml) Cosmético ANVISA ; sem álcool; dermatologicamente testado; rotulagem com advertências e composição.	Fr	300	ABOVE	R$ 7,15	R$ 2.145,00
6	Pente de dentes largos Material atóxico, sem rebarbas; declaração de conformidade do fabricante ; rotulagem básica.	Unid	300	SBRISA	R$ 10,00	R$ 3.000,00
7	Toalha de rosto (≥ 30×50 cm) 100% algodão; gramatura mínima 250 g/m²; etiqueta têxtil conforme requisitos de rotulagem (composição, tamanho, CNPJ, instruções de lavagem).	Unid	300	LAUNE HAUS	R$ 6,80	R$ 2.040,00
8	Toalha de banho (≥ 60×120 cm) 100% algodão; alta absorção; rotulagem têxtil conforme regulamento aplicável; sem odor ou manchas.	Unid	300	CENTRAL TOALHAS	R$ 13,70	R$ 4.110,00
9	Lenços umedecidos (≥ 48 unid.) Produto de higiene/cosmético ANVISA ; sem álcool etílico; com agentes suaves; tampa flip ou lacre; rotulagem;	Pct	600	BABY FREE	R$ 18,20	R$ 10.920,00
12	Pastilhas de cloro p/ potabilização (tipo Clorin) Frasco com 25 pastilhas, pré-dosadas para tratamento de água para consumo humano diretamente nos reservatórios/ caixa d'água.	Fr	300	CLORIN	R$ 48,30	R$ 14.490,00
14	Cortador de unhas (adulto) Aço inox; bordas/pontas seguras; acabamento sem rebarbas; embalagem individual; declaração de conformidade .	Unid	200	ENOX	R$ 13,30	R$ 2.660,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

15	Fraldas geriátricas (tamanho G) Produto sob regulação sanitária ; alto poder de absorção; barreiras antivazamento; tamanho G; embalagem com lote e validade ; apresentação mínima 8 unid. por pacote	**Pct**	**400**	**CONFORT FRAL**	R$ 13,05	R$ 5.220,00
16	Aparelho de barbear descartável Cabo e lâmina protegidos; tampa/berço protetor; declaração de conformidade do fabricante ; embalagem lacrada. 1 embalagem com 2 unidades cada	**Unid**	**200**	**PERSONAL**	R$ 8,40	R$ 1.680,00
17	Creme ou espuma de barbear (90 g) Cosmético/Saneante conforme enquadramento na ANVISA ; rotulagem completa; inviolabilidade.	**Unid**	**100**	**ABOVE**	R$ 12,15	R$ 1.215,00
18	Rolo de papel higiênico 30 cm (04 unid.) Celulose virgem/reciclada de uso sanitário; folha macia; rotulagem do fabricante com lote/validade (quando aplicável); embalagem protegida.	**Pct**	**300**	**PLUS**	R$ 8,80	R$ 2.640,00
19	Condicionador (200 ml) Cosmético ANVISA ; rotulagem completa; inviolabilidade; instruções de uso.	**Fr**	**100**	**VITA SEIVA**	R$ 14,80	R$ 1.480,00
20	Absorventes higiênicos (mín. 8 unid.) Produto regularizado na ANVISA ; alta absorção; embalagem com lote/validade; sem fragrância (preferencial).	**Pct**	**200**	**INTIMUS**	R$ 5,25	R$ 1.050,00
21	Sabonete infantil (90 g) Cosmético ANVISA; pH suave; rotulagem PT-BR (composição/INCI, lote, validade, fabricante/CNPJ); embalagem individual.	**Unid**	**100**	**HUGGIES**	R$ 5,60	R$ 560,00
22	Shampoo infantil (200 ml) Cosmético ANVISA; hipoalergênico; tampa com vedação; rotulagem completa.	**FR**	**100**	**TRALALÁ**	R$ 9,15	R$ 915,00
23	Pomada para prevenção de assaduras (40 g) Cosmético ANVISA; sem perfume (preferencial); rotulagem com lote/validade.	**Unid**	**200**	**BARUAL BABY**	R$ 25,70	R$ 5.140,00
24	Toalha de banho infantil (mín. 60×120 cm) Têxtil com rotulagem obrigatória (composição, tamanho, CNPJ, instruções de lavagem).	**Unid**	**100**	**DOHLER**	R$ 38,85	R$ 3.885,00
25	Fraldas descartáveis (mín. 10 unid. – tam. G) Produto sob regulação sanitária; absorção adequada; embalagem com lote/validade.	**Pct**	**200**	**BABY DREAMS**	R$ 15,55	R$ 3.110,00
26	Escova de cabelo infantil (cerdas macias) Material atóxico; declaração de conformidade do fabricante.	**Unid**	**100**	**SAMOBY BAY**	R$ 11,05	R$ 1.105,00
27	Paninho de boca (2 unid.) Têxtil com rotulagem obrigatória; embalagem limpa e íntegra.	**Pct**	**200**	**PAPI**	R$ 19,15	R$ 3.830,00
28	Mamadeira com bico (100 ml) Artigo infantil grau alimentício, livre de BPA; bico de silicone; conformidade com regulamentos de segurança/INMETRO quando aplicável; rotulagem PT-BR.	**Unid**	**100**	**MAMITA**	R$ 16,20	R$ 1.620,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

VALOR TOTAL	**R$ 84.680,00**

Perfaseno o valor total de oitenta e quatro mil seiscentos e oitenta reais.

3. DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

4.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

4.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

4.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.8. No caso de prorrogação, conforme trata o art 84 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser prorrogado o quantitativo da Ata de Registro original, desde que atenda as necessidades da Secretaria requisitante, conforme Decreto Municipal 5234/2026.

5. DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. As obrigações decorrentes desta licitação serão estabelecidas através de contrato, devendo ser assinado por representante legal da empresa ou por procurador com poderes para tal fim, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia da cédula de identidade, no prazo de 02 (dois) dias úteis após recebimento da notificação, admitindo-se a prorrogação deste prazo por mais 01 (uma) vez por igual período desde que mantidos todos os requisitos de habilitação em sua validade;

5.2. A empresa adjudicatária da licitação é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, social, comercial, civil, securitária e trabalhista, decorrentes do contrato, respeitadas tributária, previdenciária, as demais leis que nela interfiram, especialmente a relacionada com a segurança do trabalho;

5.3. O contrato decorrente desta contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da

data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que atendidos o interesse público devidamente justificado e os requisitos previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. 5.4 O reajuste de preços, quando cabível, observará o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta, com base em índice oficial de inflação previsto no instrumento contratual, preferencialmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo.

5.5. 5.5 Eventuais prorrogações de vigência ou revisões contratuais deverão ser devidamente motivadas, formalizadas em termo próprio e autorizadas pela autoridade competente, precedidas de manifestação do Fiscal do Contrato e, quando houver repercussão financeira, de anuência da Secretaria Municipal do Tesouro.

5.6 A vigência contratual não se confunde com os prazos de execução, fornecimento ou entrega, os quais serão definidos de forma específica no instrumento contratual e nas Autorizações Formais de Fornecimento, conforme o planejamento da Administração.

6.1 **DA FORMA DE EXECUÇÃO, ENTREGA E LOGÍSTICA OPERACIONAL**

6.2 O fornecimento dos itens de uso pessoal e humanitário será realizado sob demanda formal das Secretarias requisitantes, a Secretaria Municipal de Defesa Civil (SMDC) e/ou a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), observando-se o princípio do planejamento previsto nos arts. 11 e 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a conveniência e a oportunidade administrativas, bem como a necessidade social e humanitária identificada em campo.

6.3 As entregas serão definidas conforme a necessidade operacional para atendimento das populações atingidas, devendo ocorrer em local previamente indicado pela SMDC e/ou SMASDH, em qualquer distrito do Município de Mangaratiba, em áreas continentais sob jurisdição municipal.

6.4 Quando houver necessidade de transporte especial, como deslocamento por modal náutico ou aéreo para as ilhas do Município, a logística complementar será provida pela Prefeitura de Mangaratiba, sob coordenação da Defesa Civil Municipal, cabendo à Contratada o transporte dos itens até o ponto-base terrestre previamente designado.

6.5 A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, manuseio, integridade e descarga dos itens fornecidos, devendo entregá-los em perfeitas condições de uso e higiene, acompanhados de relatório detalhado contendo a descrição dos itens, quantitativos, lote, validade (quando aplicável), número do processo administrativo e local de entrega. A conferência será realizada por servidor designado como Fiscal do Contrato, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

6.6 As entregas poderão ser fracionadas conforme a demanda social e a conveniência administrativa, podendo ocorrer em quantidades distintas e em locais diferentes, de modo a atender simultaneamente mais de um abrigo, CRAS ou ponto emergencial, sempre mediante solicitação formal da SMDC e/ou SMASDH.

6.7 O quantitativo mínimo por solicitação será definido com base na necessidade operacional e no planejamento da execução contratual, podendo abranger diferentes perfis de atendimento (idosos, pessoas com deficiência, público adulto masculino ou feminino e bebês), respeitando-se o princípio da economicidade e a gestão eficiente dos recursos públicos.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

6.8 O prazo máximo para entrega será:

a) até 05 (cinco) dias úteis, para solicitações ordinárias, programadas ou preventivas;
b) até 48 (quarenta e oito) horas, para solicitações em caráter emergencial, formalmente reconhecidas pela SMDC, conforme decretos municipais de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.608/2012 e da Portaria SEDEC/MIDR nº 260/2022.

6.8 Em caso de entrega de itens danificados, incompletos ou em desacordo com as especificações técnicas, a Contratada deverá proceder à substituição imediata dos produtos irregulares, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação formal do Fiscal do Contrato, ficando suspenso o pagamento até a regularização integral da entrega.

6.9 O pagamento será efetuado por item efetivamente entregue e devidamente atestado, conforme os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços, após conferência quantitativa e qualitativa e atesto da Nota Fiscal eletrônica pelo gestor ou fiscal responsável, observando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 141, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.10. O romaneio de entrega deverá acompanhar cada remessa, contendo, no mínimo:

- descrição e quantidade dos itens fornecidos;
- número do processo administrativo;
- data da solicitação e data da entrega;
- lote, validade e fabricante dos produtos, quando aplicável;
- identificação dos servidores responsáveis pela entrega e pelo recebimento;
- local e distrito de destino.

6.11. O descumprimento dos prazos, da integridade ou da conformidade dos itens fornecidos sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

6.12. Todas as entregas deverão preservar o caráter humanitário da ação pública, garantindo celeridade, rastreabilidade, dignidade e transparência, em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), com o Marco de Sendai 2015–2030 e com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 11 e nº 13.

7 . DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS ITENS

7.1. Todos os itens de uso pessoal e humanitário objeto deste Termo de Referência deverá ser novos, de primeira linha e de fabricação recente, em plena conformidade com os padrões técnicos, sanitários e funcionais exigidos, sendo vedado qualquer uso prévio, recondicionamento, reaproveitamento de partes, embalagens ou insumos.

Os produtos deverão apresentar padrão adequado de conformidade, entendido como aquele que assegura o atendimento integral às especificações de desempenho, segurança, qualidade e durabilidade compatíveis com o uso humanitário e emergencial a que se destinam.

Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene, conservação e usabilidade, com embalagens originais de fábrica, íntegras, seladas e invioladas, garantindo a ausência de contaminações físicas, químicas ou biológicas e possibilitando seu armazenamento e distribuição pela Administração sem necessidade de tratamento adicional.

Cada item deverá estar devidamente regularizado junto aos órgãos competentes, conforme sua natureza, em especial a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), atendendo aos requisitos de rotulagem, segurança, composição e rastreabilidade.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

Tal exigência fundamenta-se nos princípios da eficiência administrativa e da proteção à dignidade da pessoa humana, previstos no art. 37 da Constituição Federal e reafirmados pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/2012), assegurando que os materiais fornecidos apresentem segurança sanitária, integridade física e valor social compatíveis com sua finalidade humanitária.

7.2. Das Embalagens, Identificação e Rastreabilidade

7.2.1. A Contratada deverá fornecer os itens exclusivamente nas embalagens originais de fabricação, adequadas ao transporte, à proteção e à conservação dos produtos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

7.2.2. As embalagens originais deverão conter todas as informações obrigatórias de identificação, rotulagem e rastreabilidade exigidas pela legislação vigente, em especial aquelas previstas nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando aplicável.

7.2.3. Cada remessa deverá ser acompanhada de documentação de entrega contendo, no mínimo, a descrição dos itens fornecidos, respectivos quantitativos, número do processo administrativo, lote, validade (quando aplicável) e local de entrega, a ser conferida pelo Fiscal do Contrato.

7.2.4. O acondicionamento posterior dos itens em caixas, recipientes, embalagens institucionais ou outros meios de organização e armazenamento será realizado pela Administração Pública, conforme seus procedimentos internos e necessidades operacionais, não constituindo obrigação contratual da empresa fornecedora nem integrando o objeto da contratação.

7.2.5. As disposições relativas às embalagens, identificação e rastreabilidade previstas neste Termo de Referência têm por finalidade assegurar a segurança sanitária, a integridade dos produtos, o controle dos lotes e a transparência da execução contratual, em consonância com a Resolução RDC ANVISA nº 752/2022 e demais normas correlatas.

8. DOS PADRÕES DE QUALIDADE E CONFORMIDADE

8.1. Todos os produtos de higiene pessoal, cosméticos e itens correlatos objeto deste Termo de Referência deverão atender integralmente aos parâmetros técnicos, sanitários e de segurança estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial os definidos pela Resolução RDC nº 752, de 19 de setembro de 2022, que dispõe sobre os requisitos de regularização, rotulagem, controle microbiológico e qualidade de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

8.2 A conformidade com esta norma é obrigatória e visa garantir que os produtos disponibilizados à população atingida não apresentem riscos químicos, físicos, microbiológicos ou toxicológicos, assegurando a proteção da saúde pública e a integridade das ações humanitárias.

8.3 Deverá ser apresentada, quando cabível, comprovação de registro, notificação ou dispensa de registro, conforme a classificação de risco do produto estabelecida pela ANVISA, nos termos do art. 6º da RDC nº 752/2022.

8.4 O álcool etílico 70% (INPM), em gel, classificado como agente antisséptico de uso coletivo, deverá atender rigorosamente às disposições da Resolução RDC nº 350, de 19 de março de 2020, e demais normas complementares da ANVISA, devendo conter, no mínimo:

comprovação de pureza e concentração mínima de 70° INPM;

rotulagem e instruções de uso claras, legíveis e em língua portuguesa;

advertências e pictogramas de segurança, conforme o Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS).

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

Esse item é essencial para a biossegurança em abrigos, alojamentos temporários e demais pontos de atendimento emergencial, atuando na prevenção de doenças infectocontagiosas e no atendimento às recomendações do Ministério da Saúde e da Defesa Civil Nacional durante ações de resposta a desastres e emergências públicas.

8.5 As fraldas descartáveis, lenços umedecidos, pomadas e demais produtos destinados ao uso infantil deverão atender às exigências da ABNT NBR 13730:2008 – Fraldas Descartáveis – Requisitos e Métodos de Ensaio, bem como às Boas Práticas de Fabricação previstas na RDC ANVISA nº 48/2013, devendo ser hipoalergênicos, atóxicos, isentos de látex natural e livres de corantes ou fragrâncias potencialmente irritantes.

Essas exigências asseguram que os produtos sejam adequados para o uso por bebês, crianças e pessoas idosas, grupos especialmente vulneráveis, prevenindo reações dermatológicas, irritações e infecções secundárias, em consonância com as orientações do Manual Esfera e com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012, art. 5º, inciso II), que impõe a proteção da integridade física e da saúde das populações afetadas.

8.6 Todos os produtos classificados como saneantes, cosméticos, produtos químicos de uso doméstico ou de limpeza deverão ser acompanhados da respectiva Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), conforme estabelece a Norma ABNT NBR 14725-4:2023 – Produtos Químicos – Informações de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

A FISPQ deverá conter, de forma clara e acessível, informações relativas à:

identificação do produto e do fabricante;

composição e indicação de ingredientes perigosos;

medidas de primeiros socorros e de combate a incêndio;

controle de exposição e medidas de proteção individual;

propriedades físico-químicas, estabilidade e reatividade;

impactos ambientais e orientações para descarte adequado.

A exigência da FISPQ assegura o manuseio responsável e seguro dos produtos durante o transporte, armazenamento e distribuição, prevenindo acidentes e contaminações, e atende ao disposto no art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe o cumprimento integral das normas técnicas aplicáveis à natureza do objeto contratado.

8.7 Todos os produtos deverão apresentar certificação de conformidade emitida por organismos acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando houver regulamento técnico compulsório aplicável. Na inexistência de certificação obrigatória, deverá ser apresentada declaração formal do fabricante ou do fornecedor atestando o cumprimento integral dos requisitos técnicos e sanitários nacionais, sendo vedado o fornecimento de produtos de procedência duvidosa ou sem rastreabilidade de origem.

8.8 Os padrões de qualidade e conformidade estabelecidos neste Termo de Referência possuem caráter vinculante e humanitário, constituindo condição essencial para a execução regular do contrato administrativo, e têm por finalidade assegurar que todos os itens fornecidos preservem a saúde, a dignidade e a segurança das pessoas atingidas por desastres, em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência e supremacia do interesse público, bem como às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 – LOAS) e do Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir integralmente as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, bem como os prazos de entrega definidos pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDC) e/ou pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), observando o planejamento e o cronograma de atendimento humanitário estabelecidos pela Administração.

9.2. Proceder à substituição imediata, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de quaisquer itens que apresentem avarias, irregularidades, contaminação, desconformidade técnica ou sanitária, ou que não atendam aos requisitos mínimos de qualidade e validade, sem qualquer ônus adicional para a Administração, mantendo-se as condições originais de fornecimento e garantia.

9.3. Garantir a integridade física, sanitária e logística de todos os produtos até a entrega final e o recebimento definitivo, responsabilizando-se por danos decorrentes de transporte inadequado, acondicionamento impróprio, exposição ao calor, umidade ou a agentes contaminantes.

9.4. Manter controle documental completo e assegurar a rastreabilidade do fornecimento, apresentando, sempre que solicitado, comprovação da origem dos produtos, nota fiscal detalhada com discriminação individualizada dos itens fornecidos, marcas, fabricantes, lotes e prazos de validade, bem como certificados de regularização junto à ANVISA, FISPQ (quando aplicável) e declarações de conformidade emitidas pelo fabricante.

9.5. Disponibilizar, quando requisitado pela Administração, amostras dos produtos fornecidos para fins de verificação de qualidade, conformidade e adequação técnica, nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da continuidade das entregas.
As amostras poderão ser encaminhadas à Vigilância Sanitária Municipal ou a laboratório de referência para testes comparativos, sendo vedado o fornecimento de produtos de marca, composição ou especificação diversa da amostra aprovada.

9.6. Responder integralmente pelos danos materiais, morais ou sanitários que venham a ocorrer em razão de negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, prepostos ou subcontratados, inclusive durante as etapas de transporte, descarregamento e eventual armazenamento temporário dos produtos sob sua responsabilidade.

9.7. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica exigidas, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando formalmente à Administração qualquer alteração que possa comprometer a execução contratual.

9.8. Facilitar o acompanhamento, a inspeção e a fiscalização por parte do Gestor e do Fiscal do Contrato, fornecendo informações e relatórios sempre que solicitados, inclusive acerca dos quantitativos entregues, registros de não conformidade e histórico de fornecimento.

9.9. Cumprir as normas relativas à proteção do meio ambiente e ao gerenciamento e descarte de resíduos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com as orientações da Vigilância Sanitária, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada das embalagens e materiais inservíveis gerados durante o fornecimento.

9.10. As obrigações aqui previstas possuem caráter vinculante e intransferível, integrando o conjunto de responsabilidades da contratada no contexto das ações humanitárias municipais, conforme as diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), devendo ser cumpridas com eficiência, transparência e plena rastreabilidade dos itens fornecidos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Emitir Autorizações Formais de Fornecimento (AFs) conforme a necessidade, conveniência e oportunidade da Administração Pública, observando o planejamento da execução contratual, os quantitativos estimados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual.

10.2. Definir, em cada Autorização Formal de Fornecimento, os prazos, locais de entrega, quantitativos e especificações técnicas dos itens a serem fornecidos, de acordo com a demanda social e humanitária identificada e com a capacidade operacional do órgão requisitante.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

10.3. Realizar o recebimento dos materiais por meio do setor requisitante ou de comissão formalmente designada, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, com emissão do Termo de Recebimento Provisório e/ou Definitivo e atesto da Nota Fiscal, condicionando o pagamento à comprovação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e demais exigências previstas neste Termo de Referência, com a anuência do Fiscal do Contrato.

10.4. Designar Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como registrar ocorrências, não conformidades e providências adotadas durante o fornecimento.

10.5. Providenciar, quando necessário, a logística complementar sob responsabilidade da Administração Pública, inclusive quanto ao armazenamento institucional, organização interna e posterior distribuição dos itens fornecidos, conforme os procedimentos operacionais adotados pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDC) e/ou pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

10.6. Efetuar o pagamento à Contratada pelos itens efetivamente fornecidos e devidamente atestados, observados os valores registrados, as condições contratuais e o prazo legal previsto no art. 141, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas distintas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) Recebimento Provisório: realizado pelo setor requisitante ou por comissão formalmente designada, mediante conferência quantitativa e verificação da integridade física dos materiais entregues, com a lavratura do respectivo Termo de Recebimento Provisório;

b) Recebimento Definitivo: efetuado após a validação técnica pelo Fiscal do Contrato, mediante comprovação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo e realizado o atesto da Nota Fiscal para fins de liberação do pagamento, desde que inexistam pendências relativas à substituição ou correção de materiais em desconformidade.

11.2. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar, fiscalizar e registrar todas as etapas da execução contratual, observando as condições técnicas, quantitativas e qualitativas previstas neste Termo de Referência, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

I. verificar a conformidade dos materiais entregues, atestando exclusivamente aqueles que estiverem em pleno acordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais;

II. rejeitar, total ou parcialmente, materiais que apresentem defeitos, avarias, irregularidades, divergências de especificação, prazo de validade comprometido ou qualquer outra inconformidade;

III. determinar à Contratada a substituição imediata dos itens rejeitados, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação formal;

IV. registrar em relatório próprio todas as ocorrências verificadas durante o processo de entrega e fiscalização, comunicando eventuais não conformidades à autoridade competente para adoção das providências administrativas cabíveis;

V. atestar a Nota Fiscal somente após a regularização integral das pendências eventualmente identificadas e a confirmação do cumprimento de todas as condições contratuais.

12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará está às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em regular processo administrativo.

12.2. As sanções aplicáveis, observada a natureza, a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração e a reincidência, poderão compreender, dentre outras previstas em lei:

a) Advertência, quando constatadas irregularidades de menor gravidade que não resultem em prejuízo relevante à Administração;

b) Multa, nos percentuais e condições estabelecidos no instrumento contratual, aplicada nos casos de atraso injustificado, inexecução parcial, descumprimento de cláusulas contratuais ou demais obrigações assumidas;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente, conforme disposto no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração e as circunstâncias do caso concreto, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível, bem como da obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do atesto da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, condicionado à comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais e da conformidade dos materiais efetivamente entregues com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, contendo corretamente os dados cadastrais, a identificação do processo administrativo e do instrumento contratual correspondente, e deverá estar acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo e dos demais documentos comprobatórios exigidos para a liquidação da despesa.

13.3. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMDC) e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), conforme classificação orçamentária indicada pela Secretaria Municipal do Tesouro, em observância ao disposto na legislação orçamentária vigente.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL DE LICITAÇÃO.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 14328/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 020/2026

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Mangaratiba, 19 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.

Antônio Carlos Aniceto
Secretário Mun. Defesa Civil
Port. 076 - COD. 85.277

Antonio Carlos Aniceto

Secretário Municipal de Defesa Civil

PELA EMPRESA:
UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 49.054.875/0001-65

UNAMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA:49054875000165
Assinado de forma digital por UNAMIX COMERCIO E SERVICOS LTDA:49054875000165
Dados: 2026.08.19 21:32:54 -03'00'

Leone de Oliveira, brasileiro
CPF: 110.200.667-09

Termo de Homologação de Processo Licitatório

Prefeitura Municipal de Mangaratiba

Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 020/2026 – Processo N° 14328/2025

A Autoridade Competente da(o) Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Sr.(a) Antonio Carlos Aniceto, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 14328/2025,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 020/2026**, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Escova dental macia Cerdas de nylon macias com pontas arredondadas; cabo anatômico; embalagem lacrada; conformidade com norma técnica aplicável ; lote e validade (quando aplicável).
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	ESCD
Valor Unitário:	R$ 9,90
Valor Total:	R$ 2.970,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 962338
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 2.970,00

Número do Lote: 2	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Creme dental (90 g) Com flúor; produto cosmético regularizado na ANVISA ; rotulagem com composição/INCI, lote, validade e fabricante; embalagem inviolável.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	SORRISO
Valor Unitário:	R$ 5,60
Valor Total:	R$ 1.680,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 9336
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.680,00

Número do Lote: 3	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Sabonete neutro (90 g) Cosmético ANVISA ; pH suave; hipoalergênico; rotulagem completa (composição, lote, validade, fabricante); embalagem individual.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	SIENE
Valor Unitário:	R$ 4,45
Valor Total:	R$ 1.335,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 929293
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.335,00

Número do Lote: 4	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Shampoo neutro (200 ml) Cosmético ANVISA ; pH balanceado; rotulagem completa; tampa com vedação e antiviolação.
Quantidade:	300 Frasco(s)
Marca:	PALMOLIVE
Valor Unitário:	R$ 19,60
Valor Total:	R$ 5.880,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 5848179092
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 5.880,00

Número do Lote: 5	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Desodorante roll-on (50 ml) Cosmético ANVISA ; sem álcool; dermatologicamente testado; rotulagem com advertências e composição.
Quantidade:	300 Frasco(s)
Marca:	ABOVE
Valor Unitário:	R$ 7,15
Valor Total:	R$ 2.145,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 3293
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 2.145,00

Número do Lote: 6	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Pente de dentes largos Material atóxico, sem rebarbas; declaração de conformidade do fabricante ; rotulagem básica.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	SBRISA
Valor Unitário:	R$ 10,00
Valor Total:	R$ 3.000,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 288409
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 3.000,00

Número do Lote: 7	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Toalha de rosto (≥ 30×50 cm) 100% algodão; gramatura mínima 250 g/m²; etiqueta têxtil conforme requisitos de rotulagem (composição, tamanho, CNPJ, instruções de lavagem).
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	LAUNE HAUS
Valor Unitário:	R$ 6,80
Valor Total:	R$ 2.040,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 27931654
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 2.040,00

Número do Lote: 8	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Toalha de banho (≥ 60×120 cm) 100% algodão; alta absorção; rotulagem têxtil conforme regulamento aplicável; sem odor ou manchas.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	CENTRAL TOLHAS
Valor Unitário:	R$ 13,70
Valor Total:	R$ 4.110,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 72199
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 4.110,00

Número do Lote: 9	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Lenços umedecidos (≥ 48 unid.) Produto de higiene/cosmético ANVISA ; sem álcool etílico; com agentes suaves; tampa flip ou lacre; rotulagem;
Quantidade:	600 Pacote(s)
Marca:	BABY FREE
Valor Unitário:	R$ 18,20
Valor Total:	R$ 10.920,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 8599
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 10.920,00

Número do Lote: 10	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Álcool em gel 70% (100 ml) Saneante regularizado na ANVISA ; teor 70% (v/v ou p/p conforme rotulagem); lote, validade, FISPQ disponível; tampa flip-top.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	-
Valor Unitário:	-
Valor Total:	-
Participante Vencedor:	**Não Houve Participante Vencedor**
Apelido:	Não Houve Participante Vencedor
Documento do Licitante:	Inexistente
Cidade UF:	Inexistente
Valor total Contratado:	-

Número do Lote: 11	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Garrafa plástica 1 L com tampa Grau alimentício , livre de contaminantes; apta a contato com água para consumo; tampa rosqueável; declaração de conformidade ; rotulagem do fabricante.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	-
Valor Unitário:	-
Valor Total:	-
Participante Vencedor:	**Não Houve Participante Vencedor**
Apelido:	Não Houve Participante Vencedor
Documento do Licitante:	Inexistente
Cidade UF:	Inexistente
Valor total Contratado:	-

Número do Lote: 12	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Pastilhas de cloro p/ potabilização (tipo Clorin) Frasco com 25 pastilhas, pré-dosadas para tratamento de água para consumo humano diretamente nos reservatórios/ caixa d'água.
Quantidade:	300 Frasco(s)
Marca:	CLORIN
Valor Unitário:	R$ 48,30
Valor Total:	R$ 14.490,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 74576
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 14.490,00

Número do Lote: 13	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Sabão de coco em barra (200 g) Cosmético/saneante conforme enquadramento, regularizado na ANVISA ; rotulagem completa; embalagem primária íntegra.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	-
Valor Unitário:	-
Valor Total:	-
Participante Vencedor:	**Não Houve Participante Vencedor**
Apelido:	Não Houve Participante Vencedor
Documento do Licitante:	Inexistente
Cidade UF:	Inexistente
Valor total Contratado:	-

Número do Lote: 14	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Cortador de unhas (adulto) Aço inox; bordas/pontas seguras; acabamento sem rebarbas; embalagem individual; declaração de conformidade .
Quantidade:	200 Unidade(s)
Marca:	ENOX
Valor Unitário:	R$ 13,30
Valor Total:	R$ 2.660,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 10949576
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 2.660,00

Número do Lote: 15	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Fraldas geriátricas (tamanho G) Produto sob regulação sanitária ; alto poder de absorção; barreiras antivazamento; tamanho G; embalagem com lote e validade ; apresentação mínima 8 unid. por pacote
Quantidade:	400 Pacote(s)
Marca:	CONFORT FRAL
Valor Unitário:	R$ 13,05
Valor Total:	R$ 5.220,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 3135
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 5.220,00

Número do Lote: 16	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Aparelho de barbear descartável Cabo e lâmina protegidos; tampa/berço protetor; declaração de conformidade do fabricante ; embalagem lacrada. 1 embalagem com 2 unidades cada
Quantidade:	200 Unidade(s)
Marca:	PERSONAL
Valor Unitário:	R$ 8,40
Valor Total:	R$ 1.680,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 66636103
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.680,00

Número do Lote: 17	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Creme ou espuma de barbear (90 g) Cosmético/Saneante conforme enquadramento na ANVISA ; rotulagem completa; inviolabilidade.
Quantidade:	100 Unidade(s)
Marca:	ABOVE
Valor Unitário:	R$ 12,15
Valor Total:	R$ 1.215,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 451792242
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.215,00

Número do Lote: 18	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Rolo de papel higiênico 30 cm (04 unid.) Celulose virgem/reciclada de uso sanitário; folha macia; rotulagem do fabricante com lote/validade (quando aplicável); embalagem protegida.
Quantidade:	300 Pacote(s)
Marca:	PLUS
Valor Unitário:	R$ 8,80
Valor Total:	R$ 2.640,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 7088
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 2.640,00

Número do Lote: 19	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Condicionador (200 ml) Cosmético ANVISA ; rotulagem completa; inviolabilidade; instruções de uso.
Quantidade:	100 Frasco(s)
Marca:	VITA SEIVA
Valor Unitário:	R$ 14,80
Valor Total:	R$ 1.480,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 6395
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.480,00

Número do Lote: 20	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Absorventes higiênicos (mín. 8 unid.) Produto regularizado na ANVISA ; alta absorção; embalagem com lote/validade; sem fragrância (preferencial).
Quantidade:	200 Pacote(s)
Marca:	INTIMUS
Valor Unitário:	R$ 5,25
Valor Total:	R$ 1.050,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 77689
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.050,00

Número do Lote: 21	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Sabonete infantil (90 g) Cosmético ANVISA; pH suave; rotulagem PT-BR (composição/INCI, lote, validade, fabricante/CNPJ); embalagem individual.
Quantidade:	100 Unidade(s)
Marca:	HUGGIES
Valor Unitário:	R$ 5,60
Valor Total:	R$ 560,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 4426
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 560,00

Número do Lote: 22	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Shampoo infantil (200 ml) Cosmético ANVISA; hipoalergênico; tampa com vedação; rotulagem completa.
Quantidade:	100 Frasco(s)
Marca:	TRALALA
Valor Unitário:	R$ 9,15
Valor Total:	R$ 915,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 5329673
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 915,00

Número do Lote: 23	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Pomada para prevenção de assaduras (40 g) Cosmético ANVISA; sem perfume (preferencial); rotulagem com lote/validade.
Quantidade:	200 Unidade(s)
Marca:	BARUEL BABY
Valor Unitário:	R$ 25,70
Valor Total:	R$ 5.140,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 9235
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 5.140,00

Número do Lote: 24	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Toalha de banho infantil (mín. 60×120 cm) Têxtil com rotulagem obrigatória (composição, tamanho, CNPJ, instruções de lavagem).
Quantidade:	100 Unidade(s)
Marca:	DOHLER
Valor Unitário:	R$ 38,85
Valor Total:	R$ 3.885,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 5165635503
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 3.885,00

Número do Lote: 25	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Fraldas descartáveis (mín. 10 unid. – tam. G) Produto sob regulação sanitária; absorção adequada; embalagem com lote/validade.
Quantidade:	200 Pacote(s)
Marca:	BABY DREAMS
Valor Unitário:	R$ 15,55
Valor Total:	R$ 3.110,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 30015338
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 3.110,00

Número do Lote: 26	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Escova de cabelo infantil (cerdas macias) Material atóxico; declaração de conformidade do fabricante.
Quantidade:	100 Unidade(s)
Marca:	SAMOBY BABY
Valor Unitário:	R$ 11,05
Valor Total:	R$ 1.105,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 080586
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.105,00

Número do Lote: 27	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Paninho de boca (2 unid.) Têxtil com rotulagem obrigatória; embalagem limpa e íntegra.
Quantidade:	200 Pacote(s)
Marca:	PAPI
Valor Unitário:	R$ 19,15
Valor Total:	R$ 3.830,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 3989
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 3.830,00

Número do Lote: 28	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Mamadeira com bico (100 ml) Artigo infantil grau alimentício, livre de BPA; bico de silicone; conformidade com regulamentos de segurança/INMETRO quando aplicável; rotulagem PT-BR.
Quantidade:	100 Unidade(s)
Marca:	MAMITA
Valor Unitário:	R$ 16,20
Valor Total:	R$ 1.620,00
Participante Vencedor:	**UNAMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
Apelido:	Participante 3064821928
Documento do Licitante:	49.054.875/0001-65
Cidade UF:	Teresópolis - RJ
Valor total Contratado:	R$ 1.620,00

Número do Lote: 29	
Finalidade da Licitação:	Aquisição de Bens Comuns
Item 1	
Objeto da Licitação:	Embalagens plásticas Transparente, medindo aproximadamente 60 × 80 cm, com espessura mínima de 0,08 mm, adequada ao acondicionamento de itens têxteis, assegurando proteção contra umidade, poeira e contaminação durante armazenamento e transporte.
Quantidade:	300 Unidade(s)
Marca:	-
Valor Unitário:	-
Valor Total:	-
Participante Vencedor:	**Não Houve Participante Vencedor**
Apelido:	Não Houve Participante Vencedor
Documento do Licitante:	Inexistente
Cidade UF:	Inexistente
Valor total Contratado:	-

Mangaratiba - RJ, 19 de Agosto de 2026 as 11 horas e 38 minutos

Assinatura _____ gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO CARLOS ANICETO
Data: 19/08/2026 12:07:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Autoridade Competente: Antonio Carlos Aniceto,

Promotor: Prefeitura Municipal de Mangaratiba,

Unidade de Compra: Prefeitura Municipal de Mangaratiba

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal